

***Investimentos e Participações
em Infraestrutura S.A. -
INVEPAR e Controladas***

*Informações Financeiras Intermediárias
Referentes ao período de nove meses findo
em 30 de setembro de 2015 e Relatório de
Revisão de Informações Trimestrais
Intermediárias*

30 de setembro de 2015

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
REFERENTES AOS PERÍODOS DE TRÊS A NOVE MESES FINDOS EM 30 DE
SETEMBRO DE 2015 – NÃO AUDITADO
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR (“INVEPAR”, “Companhia” ou “Controladora”), cuja sede está localizada na Avenida Almirante Barroso, 52, salas 801, 3001 e 3002, Centro - Rio de Janeiro - RJ foi constituída sob a forma de “sociedade por ações”. A Companhia possui registro como Companhia Aberta, na categoria “A”, junto a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, notadamente no setor de infraestrutura, como segue:

Empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas

Rodovias

Linha Amarela S.A. - LAMSA
Concessionária Litoral Norte S.A. - CLN
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART
Concessionária Bahia Norte S.A. - CBN
Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT
Concessionária Rota do Atlântico S.A. - CRA
Línea Amarilla Brasil Participações S.A. - LAMBRA
Línea Amarilla S.A.C. - LAMSAC
Concessionária ViaRio S.A. - VIARIO
Concessionária BR-040 S.A. - VIA 040
PEX S.A. - PEX
PEX Peru S.A.C. - PEX Peru

Mobilidade Urbana

Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - METRÔRIO
MetroBarra S.A. - METROBARRA
Concessionária do VLT Carioca S.A. - VLT

Aeroportos

Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. - GRUPAR
Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. - GRU AIRPORT

Fundo de Investimento

Fundo de Investimento CAIXA Mover - Fundo Mover

A INVEPAR e o conjunto de empresas controladas, coligadas e controladas em conjunto são denominados “grupo Invepar” ou “grupo”.

As informações financeiras intermediárias das controladas, controladas em conjunto CBN, CRA, VIARIO e das coligadas CRT e VLT foram contabilizadas com base no método da equivalência patrimonial (Nota 8 - Investimentos).

Os períodos das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com o da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme em todas as empresas consolidadas.

Em fevereiro de 2014, a companhia contratou uma linha de crédito (*Standby Credit Facility*) junto a um sindicato de bancos no valor de até R\$1,5 bilhão. Do montante total disponibilizado, até 30 de setembro de 2015 a Companhia havia captado o montante de R\$1,2 bilhão. Tal linha de crédito pode ser utilizada em um período de até 24 meses da data de sua contratação, sendo possível realizar saques em diferentes montantes para atender eventuais necessidades de caixa da companhia. A linha de crédito possui um prazo final de pagamento de 30 meses a contar do prazo da contratação, pagamento de juros semestrais e amortização no final do período, com vencimento em agosto de 2016.

Em 30 de setembro de 2015, a Invepar apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$1.162.870 e R\$5.032.955, na controladora e consolidado, respectivamente (capital circulante líquido positivo de R\$75.810 e capital circulante líquido negativo de R\$1.017.368 em 31 de dezembro de 2014, na controladora e consolidado, respectivamente). A Administração da Companhia têm atuado ativamente na avaliação das fontes de financiamento, visando o alongamento do perfil da dívida e a melhora dos indicadores financeiros. Em outubro de 2015 a Invepar aprovou em assembleia a emissão de até R\$ 2 bilhões em debêntures conforme evento subsequente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) da Companhia, aprovadas em 13 de novembro de 2015 pela Administração da Companhia, compreendem:

a) Base de elaboração

As informações financeiras intermediárias foram elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 02 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2014”), publicadas na imprensa oficial em 30 de março de 2015.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014.

2.1. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

a) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016:

- Alterações no IFRS 11/CPC 19 (R2) - Negócios em conjunto

As alterações à IFRS 11/CPC 19 (R2) fornecem instruções de como contabilizar a aquisição de um negócio em conjunto que constitua um “negócio”, conforme a definição dada pela IFRS 3/CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios. Especificamente, as alterações estabelecem que os princípios relevantes na contabilização de uma combinação de negócios sob a IFRS 3/CPC 15 (R1) e outras normas (como o IAS 36/ CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável de Ativos no que se refere ao teste de recuperabilidade de uma unidade geradora de caixa para a qual o goodwill originado na aquisição de um negócio em conjunto foi alocado) devem ser aplicados.

Os mesmos requerimentos devem ser aplicados na formação de um negócio em conjunto se, e apenas se, um negócio previamente existente é beneficiado pela combinação de negócios em uma das partes que participa da combinação de negócios.

Um negócio em conjunto também requer que sejam divulgadas as informações relevantes requeridas pela IFRS 3/CPC 15 (R1) e outras normas de combinação de negócios.

- Alterações nos pronunciamentos IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1) - Esclarecimentos dos Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização

As alterações à IAS 16/CPC 27 proíbem as empresas a usarem o método de depreciação baseada na receita para itens do imobilizado. As alterações da IAS 38/CPC 04 (R1) introduzem a premissa refutável de que a receita não é uma base apropriada para determinar a amortização de um ativo intangível.

Essa premissa pode ser refutada apenas nas duas condições abaixo:

- (a) Quando o ativo intangível for expressamente mensurado pela receita.
- (b) Quando for possível demonstrar que a receita e os benefícios econômicos do ativo intangível são altamente correlacionados.

A Companhia não adotou tais pronunciamentos antecipadamente e está procedendo a sua análise sobre os possíveis impactos desses novos pronunciamentos ou alterações em suas demonstrações financeiras e informações financeiras intermediárias consolidadas.

- b) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (novo pronunciamento) - introduz novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros.
- IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes (novo pronunciamento) - estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes.

As alterações às IFRSs mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória.

A Companhia não adotou tais pronunciamentos antecipadamente e os mesmos não representam impactos relevantes em suas informações financeiras intermediárias.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e bancos	90	670	73.819	73.165
Aplicações financeiras				
Certificados de Depósito Bancário CDB	43	89	143.253	234.408
Operações compromissadas lastreadas em debêntures	-	-	36.660	33.916
Total de caixa e equivalentes de caixa	133	759	253.732	341.489

Aplicações financeiras consideradas como equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. O grupo considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis em prazo inferior a 3 meses contados das datas das respectivas aplicações. A rentabilidade destas aplicações varia de 75% a 102% do CDI.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Taxa	Indexador	Vencimento	Controladora		Consolidado	
				30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Aplicações financeiras							
Certificados de Depósito Bancário CDB	75% a 101%	CDI	nov/19	-	-	528.916	276.052
Debêntures compromissadas	90% a 102%	CDI	dez/16	-	-	84.088	69.167
Fundos não exclusivos de investimento de renda fixa	99%	CDI/IPCA/SELIC	ago/18	-	-	30.821	31.028
<i>Fideicomiso(a)</i>				-	-	92.826	58.879
Fundo Mover(b)	100,73%	CDI/IPCA/SELIC	-				
Certificados de Depósito Bancário CDB				13.457	9.005	85.089	81.544
Letras financeiras do tesouro				7.610	2.526	48.124	22.879
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional				1.200	603	7.589	5.457
Debêntures				3.952	52.283	24.992	473.456
Fundo Cambial FIC(c)	141,51%	IPCA/SELIC	set/18				
Letras financeiras do tesouro				-	-	62.388	38.066
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional				-	-	14.327	13.074
Total de aplicações financeiras				26.219	64.417	979.160	1.069.602
Circulante				26.219	64.417	413.139	921.013
Não circulante				-	-	566.021	148.589

(a) Aplicações financeiras do Fideicomiso são referentes à certificados de depósitos bancários e aplicações financeiras em renda fixa, remuneradas a taxas que variam entre 2,75% e 3,30% anualmente. Tais valores são destinados como meio de pagamento e garantia das obrigações provenientes da construção e operação da LAMSAC.

(b) Fundo de Investimento CAIXA Mover - é um Fundo de Investimento constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração e com possibilidade de resgate a qualquer momento. Destina-se, exclusivamente, a acolher investimentos da INVEPAR e/ou sempre mediante prévia autorização da INVEPAR, de empresas a ela ligadas através de participação, direta ou indireta, destina-se também a administração e a gestão da carteira e a controladoria de ativos. A escrituração da emissão e resgate de cotas do FUNDO são realizadas pela Caixa Econômica Federal. Fazem parte deste fundo, além da Invepar, o METROBARRA, METRÔRIO, CLN, VIA 040 e a LAMSA.

- (c) Nos termos do contrato de financiamento e repasse obtido pela controlada METRÔRIO junto a Caixa Econômica Federal, os recursos destinados ao fluxo de pagamento das obrigações constituídas nos termos do contrato de concessão (aquisição de novos trens) devem ser alocados em conta bancária específica para este fim e podem ser resgatados antes do vencimento somente por autorização do Agente Financeiro conforme cronograma físico-financeiro.

As aplicações financeiras bloqueadas ou em garantia referem-se a aplicações das controladas, as quais estão bloqueadas judicialmente ou são garantias de empréstimos ou estão atreladas ao fluxo de pagamento das obrigações constituídas nos termos do contrato de concessão e por isso não são consideradas como equivalentes de caixa.

Parte das aplicações financeiras demonstradas acima, que somam R\$566.021 (R\$30.821 para METRÔRIO, R\$2.574 para a CLN, R\$136.991 para CART, R\$56.727 para GRU AIRPORT e R\$338.908 para LAMBRA), está vinculada a processos judiciais, garantia de empréstimos e financiamentos e do contrato de concessão, conforme descrito abaixo:

METRÔRIO

- R\$4.808, (intermediador Banco Safra S.A.), R\$4.785, (intermediador Banco Bradesco S.A.) e R\$3.648, (intermediador Banco Itaú BBA) referem-se a garantias para contratação de cartas de fiança, cuja finalidade é servir de garantia nos processos judiciais que visam impedir a responsabilização da controlada METRÔRIO por cumprimento de decisões judiciais, proferidas em ações movidas contra a CMRJ e/ou a RIOTRILHOS antes da tomada de posse pela Concessionária e nos contratos de fornecimento de serviço.
- R\$1.228, referem-se a valores bloqueados judicialmente nas aplicações financeiras para atender a processos trabalhistas e cíveis da controlada METRÔRIO.
- R\$9.548, referem-se à aplicação em fundo de investimento mantida pela controlada METRÔRIO junto à instituição Itaú BBA para garantir os empréstimos contratados em 7 de maio de 2008, 6 de fevereiro de 2009 e 16 de setembro de 2009 junto ao BNDES.
- R\$6.804, refere-se à aplicação em CDB mantida pela controlada METRÔRIO junto à Caixa Econômica Federal para garantir o financiamento contratado em 30 de setembro de 2010 junto à Caixa Econômica Federal.

CLN

- R\$2.574 referem-se a aplicações em CDB do Banco do Nordeste do Brasil e mantidas até o vencimento pela controlada CLN por estarem diretamente vinculadas ao fundo de liquidez exigido por essa instituição para concessão do financiamento, tendo prazos de resgate semelhantes aos de sua liquidação.

CART

- R\$136.991 em 30 de setembro de 2015 foram efetuadas em conexão com a cláusula estipulada em contrato de empréstimo junto ao BNDES, que determinam que a controlada CART deve constituir uma conta reserva, na qual deverão ser depositados recursos em montante equivalente a: (i) 6 (seis) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos “A”, “B-1”, “B-2”, “C”, “D”, “E” e “F” até agosto de 2013; (ii) 7 (sete) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos “A”, “B-1”, “B-2”, “C”, “D”, “E” e “F” a partir de setembro de 2013; e (iii) 8 (oito) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos “A”, “B-1”,

“B-2”, “C”, “D”, “E” e “F” a partir de setembro de 2015.

LAMBRA

- R\$338.908 referem-se a aplicações financeiras do Banco BCP e mantidas até o vencimento pela controlada LAMBRA e vinculadas a financiamento para realização das obras da LAMSAC.

GRU AIRPORT

- R\$56.727 referem-se a aplicações em fundos de investimentos não exclusivos, de renda fixa, cuja carteira é composta exclusivamente por títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas nestes títulos. Os fundos não possuem prazo de carência, apresentam baixo risco, servem para compor o saldo da conta reserva e cumprir com as obrigações dos Contratos de Financiamentos e de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios firmado junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e os bancos Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú BBA, Bradesco e HSBC.

O grupo tem políticas de gestão de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha. O montante aplicado em moeda doméstica refere-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários e operações compromissadas, remuneradas a taxas que variam entre 75% a 102% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, e em sua grande maioria, com liquidez imediata.

5. CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014
Ativo circulante		
Aeronaves e passageiros (a)	88.811	92.822
Armazenagem e capatazia (a)	13.783	7.130
Cessão de espaço (a)	108.928	124.883
Valores a receber de pedágio (b)	66.639	39.308
Locação de espaço físico e veiculação de anúncios (c)	7.266	6.402
Valores a receber de bilhetes (d)	2.355	2.438
Outros	7.598	5.205
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(18.096)	(22.398)
Total	277.284	255.790
Ativo não circulante		
Governo Estadual (e)	11.558	10.317
Outros (f)	17.713	17.713
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.695)	(5.695)
Total	23.576	22.335

- (a) Refere-se a operações da concessão do Aeroporto de Guarulhos (GRU AIRPORT), representando contas a receber por receitas tarifárias como aviação, armazenagem, passageiros e receitas não tarifárias como cessão de espaço.
- (b) Contas a receber de pedágio a prazo pela utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas das controladas do segmento de rodovias.

- (c) Contas a receber decorrentes de contratos com terceiros na cessão de espaço e veiculação de anúncios da controlada METRÔRIO.
- (d) Contas a receber com passagens da Fetranspor e integrações da controlada METRÔRIO.
- (e) Valores a receber do Governo do Estado do Rio de Janeiro pela controlada METRÔRIO, referentes a gratuidades estudantil, JMJ, Copa das Confederações e Copa do Mundo.
- (f) São valores a receber de receitas de GRU AIRPORT junto à INFRAERO no montante de R\$17.713.

Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa.

	Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014
Saldo no início do período	(28.093)	(17.233)
Adições	(16.304)	(13.765)
Baixa	19.818	-
Reversões	788	2.905
Saldo no fim do período	(23.791)	(28.093)

Em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	Total	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Saldo ainda não vencido e sem perda por redução ao valor recuperável	Saldos vencidos						
				< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 120 dias	> 121 - 150 dias	> 151 - 180 dias	> 180 dias
30 de setembro de 2015	324.651	(23.791)	242.367	11.618	6.369	2.852	4.243	2.855	3.400	50.947 *
31 de dezembro de 2014	318.218	(28.093)	221.528	14.859	1.899	15.679	1.828	1.449	675	48.301

* Para parte do saldo vencido a mais de 180 dias não foi constituído a PCLD, pois referem-se basicamente às gratuidades do METRÔRIO e os valores a receber da INFRAERO em GRU AIRPORT.

Em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a provisão para créditos de liquidação duvidosas é a seguinte:

Empresas	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	30 de setembro de 2015						
		< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 120 dias	> 121 - 150 dias	> 151 - 180 dias	> 180 dias
METRÔRIO	(11.623)	-	-	-	(108)	(277)	(330)	(10.908)
CART	(1.180)	(202)	(30)	(30)	(127)	(500)	(217)	(74)
PEX	(2.778)	-	-	-	-	-	-	(2.778)
GRU AIRPORT	(8.210)	(170)	(235)	(264)	(250)	(297)	(290)	(6.704)
Total	(23.791)	(372)	(265)	(294)	(485)	(1.074)	(837)	(20.464)

Empresas	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	31 de dezembro de 2014						
		≤ 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 120 dias	> 121 - 150 dias	> 151 - 180 dias	> 180 dias
METRÔRIO	(10.209)	(41)	(10)	(5)	(126)	(28)	(22)	(9.977)
CART	(625)	(79)	(108)	(108)	(107)	(105)	(79)	(39)
PEX	(1.042)	-	-	-	-	-	-	(1.042)
GRU AIRPORT	(16.217)	(125)	(150)	(1.060)	(210)	(186)	(184)	(14.302)
Total	(28.093)	(245)	(268)	(1.173)	(443)	(319)	(285)	(25.360)

6. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Imposto de renda e contribuição social(a)	5.388	7.226	17.717	11.246
PIS e COFINS(b)	-	83	9.405	5.443
IRRF(c)	9.641	2.362	36.670	31.267
Outros	-	-	248	297
Circulante	15.029	9.671	64.040	48.253
Imposto de renda e contribuição social	-	4.475	21	9.896
IGV(d)	-	-	80.336	47.990
PIS e COFINS(b)	-	-	218.194	117.683
Não circulante	-	4.475	298.551	175.569

(a) Antecipação e saldo negativo de IRPJ e CSLL (anos anteriores)

(b) Os créditos de PIS e COFINS, em GRU AIRPORT, são decorrentes, principalmente, de aquisição de bens e serviços sobre os investimentos em melhoria e expansão do aeroporto. Ocorreu alteração do critério de aproveitamento dos créditos de PIS e COFINS, que passaram a ser utilizados à medida da amortização do intangível.

Em junho de 2015 GRU AIRPORT reclassificou o montante de R\$96.663 da rubrica Intangível para Impostos a recuperar referente a créditos de Pis e Cofins sobre aquisição de bens contabilizados pelo valor bruto. Esses créditos começaram a ser utilizados concomitantemente com a finalização das principais obras de melhoria e expansão do aeroporto (Edifício garagem e Terminal 3).

(c) IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte

(d) IGV (Imposto General a las Ventas) - crédito fiscal do imposto geral sobre vendas (IGV Peru) decorrente de aquisições de bens e serviços aplicáveis à operação da LAMSAC.

Os impostos a recuperar referem-se, basicamente, às antecipações ou valores passíveis de compensação da Companhia e de suas controladas.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos (consolidado)

As controladas CART, VIA 040, METRÔRIO, LAMSA, GRU AIRPORT, LAMSAC, METROBARRA, CLN e PEX fundamentadas na expectativa de geração de lucros

tributáveis futuros, determinadas em estudo técnico aprovado pela Administração, reconhecem, quando aplicável, créditos tributários sobre diferenças temporárias e sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis, exceto LAMSAC cujo prejuízos fiscais podem ser compensados em até 4 anos. O valor contábil do ativo fiscal diferido e as projeções são revisadas anualmente. Quando existem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções, as mesmas são revisadas em períodos menores pelas controladas.

Em relação a controlada LAMSAC, os créditos tributários de diferenças temporárias e prejuízos fiscais estão fundamentados na expectativa de recuperação destes valores. Em relação aos prejuízos fiscais, a legislação local prevê duas sistemáticas para sua compensação, quais sejam: i) compensação em até 4 anos a partir do exercício que a companhia apresentar lucro, sem limite de compensação anual; ii) compensação limitada a 50% do resultado anual tributável, sem restrição ao prazo. A controlada PEX Peru não tem créditos tributários de diferenças temporárias e prejuízos fiscais.

Natureza	Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014
Prejuízo fiscal	676.234	682.965
Base negativa	243.446	246.031
Excesso amortização outorgas	8.428	7.799
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	11.130	13.597
Participação nos lucros e resultado (PLR)	6.571	11.285
Provisão para riscos	7.728	5.156
Amortização de Outorga (*)	(901.490)	(902.770)
Custo de captação (*)	(20.833)	(21.807)
Outros ajustes (*)	(32.772)	(34.262)
Outros	33.536	23.704
	<u>31.978</u>	<u>31.698</u>
Impostos diferidos – Ativo	218.972	198.415
Impostos diferidos – Passivo	(186.994)	(166.717)

(*) Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos registrados durante a vigência do RTT, até 31/12/2014, constituídos sobre amortização da outorga fiscal, provisão de manutenção, custo de captação e margem de construção são amortizados em quotas fixas mensais consolidada no valor de R\$4.665, pelo prazo restante do contrato de concessão, conforme Inciso IV art. 69 da Lei 12.973/14.

A Administração da Companhia e das controladas CART, VIA 040, METRÔRIO, METROBARRA, CLN, PEX, LAMSA, GRU AIRPORT e LAMSAC consideram que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e consequentemente a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

As holdings INVEPAR, GRUPAR e LAMBRA não constituíram IRPJ e CSLL diferidos sobre prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias, pois a administração entende que as projeções de resultado tributável, dessas companhias, não apresentam base para realização dos respectivos impostos diferidos. Os valores não constituídos de IRPJ e CSLL diferidos são R\$143.646, R\$2.489 e R\$583, respectivamente.

As controladas GRU AIRPORT, CART, VIA 040 e PEX não constituíram IRPJ e CSLL diferidos sobre prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias no montante de R\$518.948 (de julho de 2014 a setembro de 2015), R\$50.633 (em 2015) e R\$23.995 (em 2015), R\$196 (em 2014 e 2015) respectivamente.

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, as controladas estimam recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados:

	Consolidado 30/09/2015
2015	10.268
2016	41.507
2017	54.072
2018	66.818
2019	70.949
2020 a 2022	349.359
2023 a 2025	412.632
Total dos ativos fiscais diferidos	1.005.605
Total dos passivos fiscais diferidos	(973.627)
Total dos impostos diferidos	31.978

c) Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2015	31/12/2014
Imposto de renda e contribuição social	-	-	68.112	17.034
PIS e COFINS	4.278	-	20.351	4.101
ISS	12	181	11.606	9.115
IRRF e CSRF	1.162	1.091	13.539	9.025
INSS sobre terceiros	4	3	2.349	3.961
Outros	-	-	341	397
Circulante	5.456	1.275	116.298	43.633
Imposto de renda e contribuição social	-	-	3.762	3.816
PIS e COFINS	-	-	655	591
Não circulante	-	-	4.417	4.407

d) Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	Controladora				Consolidado			
	01/01/2015 a 30/09/2015	01/01/2014 a 30/09/2014	01/07/2015 a 30/09/2015	01/07/2014 a 30/09/2014	01/01/2015 a 30/09/2015	01/01/2014 a 30/09/2014	01/07/2015 a 30/09/2015	01/07/2014 a 30/09/2014
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(563.581)	(141.742)	(138.485)	(128.621)	(922.439)	(147.215)	(192.625)	(175.620)
Aliquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	191.618	48.192	47.085	43.731	313.629	50.053	65.493	59.711
Adições permanentes	(19.241)	(1.574)	(16.644)	(218)	(4.768)	(5.432)	(517)	(1.682)
Exclusões permanentes	-	-	-	-	2.874	7.858	(1.870)	296
Equivalência Patrimonial	(130.673)	(16.575)	(20.543)	(28.561)	(3.433)	(2.954)	(934)	(297)
Diferença de alíquota do IR entre Brasil e Peru (34% x 30%)	-	-	-	-	4.958	2.686	1.470	722
IR/CS diferidos não constituídos	(41.704)	(30.043)	(9.898)	(14.952)	(435.696)	(179.680)	(130.247)	(149.722)
Outros	-	-	-	-	(21.464)	1.242	(21.712)	889
Total dos impostos no resultado	-	-	-	-	(143.900)	(126.227)	(88.318)	(90.083)

Em 13 de maio de 2014 foi publicada a Lei 12.973 que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o

Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na Lei 12.973 passou a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exercesse tal opção. Dentre os dispositivos, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

A Companhia avaliou os impactos da Lei 12.973/14 sobre suas operações e definiu a adoção, através da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (“DCTF”) referente a dezembro de 2014 (IN 1.499/14), da seguinte forma: (i) referente as regras dos art. 1º, 2º e 4º a 70, não houve adoção em 2014 para a Invepar e suas controladas; (ii) quanto as regras dos art. 76 a 92 apenas a LAMBRA adotou em 2014.

7. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas do grupo INVEPAR, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas informações trimestrais.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Em relação aos mútuos realizados entre a controladora e suas partes relacionadas, esclarecemos que ocorrem em função da necessidade temporária de caixa destas companhias para o cumprimento de seus investimentos e/ou de suas operações, sendo sujeitas aos encargos financeiros pactuados entre as partes, conforme praticado no mercado e aprovados pelos órgãos da Administração.

Composição

Controladora							
30/09/2015							
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo		Passivo		Resultado
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Despesa
OAS/FUNCEF/PETROS/PREVI	Dividendos	Acionista	-	-	-	22.842	-
LAMSA	Nota de Débito(*)	Controlada	1.818	-	32	-	(32)
VIA 040	Nota de Débito(*)	Controlada	2.135	-	-	-	-
CART	Nota de Débito(*)	Controlada	2.675	-	-	-	-
CLN	Nota de Débito(*)	Controlada	3.302	-	-	-	-
CLN	Juros sobre capital próprio	Controlada	-	1.244	-	-	-
CLN	AFAC	Controlada	-	15.711	-	-	-
CRA	Mútuo	Controlada em conjunto	-	29.018	-	-	-
GRUPAR	Dividendos	Controlada	-	11.075	-	-	-
LAMBRA	Nota de Débito(*)	Controlada	31	-	-	-	-
LAMBRA	Dividendos	Controlada	-	15.726	-	-	-
METRÓRIO	Nota de Débito(*)	Controlada	5.826	-	72	-	(72)
METRÓRIO	Juros sobre capital próprio	Controlada	39.001	-	-	-	-
LAMSAC	Nota de Débito(*)	Controlada	647	-	-	-	-
Total			55.435	72.774	104	22.842	(104)

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

Controladora							
31/12/2014							
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo		Passivo		Resultado set/14
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Receita
OAS/FUNCEF/PETROS/PREVI	Dividendos	Acionista	-	-	-	22.842	-
LAMSA	Nota de Débito(*)	Controlada	836	-	46	-	-
LAMSA	Dividendos	Controlada	23.958	-	-	-	-
VIA 040	Nota de Débito(*)	Controlada	65	-	-	-	-
CART	Nota de Débito(*)	Controlada	1.065	-	48	-	-
CLN	Nota de Débito(*)	Controlada	4.328	-	-	-	-
CLN	Juros sobre capital próprio	Controlada	-	1.244	-	-	-
CLN	Mútuo	Controlada	-	-	-	-	805
CLN	AFAC	Controlada	-	15.711	-	-	-
CLN	Dividendos	Controlada	-	491	-	-	-
GRUPAR	Nota de Débito(*)	Controlada	117	-	-	-	-
GRUPAR	Dividendos	Controlada	-	11.075	-	-	-
LAMBRA	Nota de Débito(*)	Controlada	31	-	-	-	-
LAMBRA	Dividendos	Controlada	8.823	6.463	-	-	-
METRÓRIO	Nota de Débito(*)	Controlada	4.632	-	72	-	-
LAMSAC	Nota de Débito(*)	Controlada	2.525	-	-	-	-
Total			46.380	34.984	166	22.842	805

(*) Nota de débito: Serviços compartilhados referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.

Consolidado							
30/09/2015							
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo		Passivo		Resultado
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Custo de construção
CONSTRUTORA OAS S.A.(*)	Serviços de construção	Acionista	-	142.331	310.553	57.380	(895.528)
OAS/FUNCEF/PETROS/PREVI	Dividendos	Acionista	-	-	-	22.842	-
ACSA	Dividendos	Acionista indireto	-	-	-	1.231	-
CBN x PEX	Passagem pista AVI	Controlada	-	-	1.930	-	-
CRA x PEX	Passagem pista AVI	Controlada	-	-	168	-	-
CRT x PEX	Passagem pista AVI	Controlada	-	-	886	-	-
PEX x CBN	Nota de Débito(*)	Controlada	117	-	-	-	-
INVEPAR X CRA	Mútuo	Controlada em conjunto	-	29.018	-	-	-
Total			117	171.349	313.537	81.453	(895.528)

Consolidado							
31/12/2014							
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo		Passivo		Resultado set/14
			Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Custo de construção
CONSTRUTORA OAS S.A.(*)	Serviços de construção	Acionista	47.101	6.283	-	-	(1.010.930)
OAS/FUNCEF/PETROS/PREVI	Dividendos	Acionista	-	-	22.842	-	-
ACSA	Dividendos	Acionista indireto	-	-	1.231	-	-
OTIP	Dividendos	Acionista indireto	-	-	46	-	-
CBN x PEX	Passagem pista AVI	Controlada	-	3.274	-	-	-
CRA x PEX	Passagem pista AVI	Controlada	-	556	-	-	-
CRT x PEX	Passagem pista AVI	Controlada	-	823	-	-	-
Total			47.101	10.936	24.119	-	(1.010.930)

(*) Os valores referentes a Construtora OAS S.A. estão representados na rubrica de Fornecedores quando dos saldos no passivo, e na rubrica de intangível quando no ativo pelos adiantamentos efetuados, e das medições contabilizadas por prestações de serviços de construção. Os montantes apresentados no resultado (custo) representam os custos das obras das controladas GRU AIRPORT no montante de R\$65.336, LAMSAC no montante de R\$508.730 e VIA 040 de R\$321.462 (GRU AIRPORT no montante de R\$549.796, VIA 040 de R\$ 171.738 e CART de R\$289.396 em 30 de setembro de 2014), executadas pela Construtora OAS. S.A.

No período findo em 30 de setembro de 2015, as controladas pagaram à OAS o montante de R\$477.819 (GRU AIRPORT no montante de R\$49.140, VIA 040 de R\$270.365 e LAMSAC de R\$158.314) pela prestação de serviços de construção. Em 31 de dezembro de 2014, o pagamento foi de R\$1.565.104 (GRU AIRPORT no montante de R\$550.791, CART no montante de R\$348.817, VIA 040 no montante de R\$396.045 e LAMSAC no montante de R\$269.450).

Em 16 de setembro de 2015, a VIA 040 notificou a Construtora OAS S.A. sobre a sua intenção de resilir o Contrato, no prazo de 30 dias, contados a partir da emissão da referida notificação, conforme previsão contratual, e considerando, (i) a paralisação das atividades contratuais, decorrentes do mútuo interesse das partes em evitar e/ou minimizar custos e despesas desnecessários; (ii) as tratativas para terminação consensual do Contrato, que se encontram em estágio avançado, mas não concluídas; (iii) a necessidade da Concessionária, no que tange a contratação de outras empreiteiras, visando o cumprimento das regras estabelecidas pelo Poder Concedente, bem como a urgência da consecução das obras para atendimento ao interesse público primário.

Dado o distrato contratual supracitado, a Concessionária e a Construtora OAS S.A. impetraram diversos pleitos entre as partes visando manter o equilíbrio contratual. Os pleitos formalizados pela Construtora OAS S.A. contra a VIA 040, foram analisados por consultores técnicos e jurídicos, contratados pela VIA 040, que emitiram opinião sobre o risco de perda dos valores e o mérito jurídico de ambos. Considerando o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Concessionária reconheceu R\$ 57.380 a título de fornecedores a pagar, em seu passivo não circulante, sendo esta a melhor estimativa da sua administração, sobre o provável valor devido pela Concessionária à Construtora OAS. A Concessionária não reconheceu em suas demonstrações contábeis os pleitos que ela impetrou contra a Construtora OAS, também conforme rege o CPC 25.

Remuneração da Administração

A remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Controladora, que incluem os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretores Estatutários, está composta como segue:

Composição	Controladora			Consolidado		
	30/09/2015			30/09/2015		
	Diretoria	Conselhos	Total	Diretoria	Conselhos	Total
Pró-labore	1.885	1.256	3.141	10.876	2.499	13.375
Participação nos resultados / Bônus variáveis	2.348	-	2.348	8.031	-	8.031
Encargos	1.597	251	1.848	4.077	452	4.529
Outros benefícios	2.897	-	2.897	4.303	-	4.303
Total	8.727	1.507	10.234	27.287	2.951	30.238

Composição	Controladora			Consolidado		
	30/09/2014			30/09/2014		
	Diretoria	Conselhos	Total	Diretoria	Conselhos	Total
Pró-labore	4.871	1.435	6.306	9.851	1.836	11.687
Participação nos resultados / Bônus variáveis	3.880	-	3.880	6.287	-	6.287
Encargos	1.897	287	2.184	2.946	328	3.274
Outros benefícios	674	-	674	1.754	-	1.754
Total	11.322	1.722	13.044	20.838	2.164	23.002

Em 30 de abril de 2015, foi aprovado em Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária o montante máximo de remuneração global anual dos administradores da Invepar Holding de até R\$13.365.

A Companhia, assim como suas controladas, não mantém qualquer dependência econômica, financeira ou tecnológica com fornecedores ou instituições com os quais mantém relação comercial.

8. INVESTIMENTOS

Controladora

As participações em controladas, controladas em conjunto e coligadas, avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, foram apuradas de acordo com os balanços patrimoniais das respectivas investidas em cada data-base.

Investida	Participação da Invepar %	Quantidade de ações em 30/09/2015		Saldos em 31/12/2014	Aumento de capital	Amortização	Equivalência patrimonial	Ajustes de conversão	Dividendos e JSCP	Saldos em 30/09/2015
		Ordinárias	Preferenciais	Investimentos						Investimentos
Controladas										
LAMSA	100	51.927.409	103.854.827	74.464	-	-	75.656	-	(81.937)	68.183
CLN	91,49	10.463.020	18.257.592	53.809	-	-	4.211	-	491	58.511
CART	100	513.484.978	513.484.978	466.065	147.000	(151)	(154.348)	-	-	458.566
METRÓRIO	100	1.446.898.779	-	1.342.977	-	-	103.486	-	(45.884)	1.400.579
LAMBRA	100	355.421.521	-	1.369.134	296.362	(20.637)	93738	545.008	(440)	2.283.165
GRUPAR	90	16.849.896.819	-	418.152	96.011	-	(426.967)	-	-	87.196
METROBARRA	100	60.000.000	-	55.862	-	-	(2.163)	-	-	53.699
PEX Peru	99,90	4.995	-	4	-	-	-	-	-	4
VIA 040	100	395.000.000	-	293.496	80.000	-	(68.494)	-	-	305.002
				4.073.963	619.373	(20.788)	(374.881)	545.008	(127.770)	4.714.905
Controladas em conjunto										
VIARIO	33,34	22.594.518	-	16.129	50.010	-	(2.331)	-	-	63.808
CBN	50	78.500.000	-	76.857	11.000	-	(4.753)	-	-	83.104
CRA	50	43.378.000	-	31.732	20.000	-	(5.816)	-	-	45.916
				124.718	81.010	-	(12.900)	-	-	192.828
Coligada										
CRT	24,92	17.992	3.546	69.158	-	(3.260)	7.035	-	(3.836)	69.097
				69.158	-	(3.260)	7.035	-	(3.836)	69.097
TOTAL				4.267.839	700.383	(24.048)	(380.746)	545.008	(131.606)	4.976.830
Saldo Passivo do Investimento										
	Participação da Invepar %	Quantidade de ações em 30/09/2015		Saldos em 31/12/2014	Aumento de capital	Amortização	Equivalência patrimonial	Ajustes de conversão	Dividendos e JSCP	Saldos em 30/09/2015
		Ordinárias	Preferenciais	Investimentos						Investimentos
Coligada										
VLT	24,87	15.526.950	-	(9.104)	8.817	-	(972)	-	-	(1.259)
Controlada										
PEX	100	1.350.000	-	(1.844)	2.610	-	(2.614)	-	-	(1.848)
										Saldo em 2015
** Adiantamento para futuro investimento										53.564

** Adiantamento para futuro investimento

(*) Saldos que compõem o valor do investimento consolidado, além do montante de R\$145 da controlada LAMSA referente a obras de arte.

(**) Montante pago pelo METRÔBARRA para os acionistas da CRB para aquisição futura dessa empresa, conforme informado no item “n” desta nota.

Em 30 de setembro de 2015, o ágio registrado sobre os investimentos na CART, CRT e LAMBRA montam R\$4.733, R\$26.801 e R\$1.103.820 respectivamente.

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

	Participação da Invepar %	Quantidade de ações em 31/12/2014		Saldos em 31/12/2013	Aumento de capital	Amortização	Equivalência patrimonial	Ajustes de conversão	Dividendos e JSCP	Saldos em 31/12/2014
Investida		Ordinárias	Preferenciais	Investimentos						Investimentos
Controladas										
LAMSA	100	51.927.409	103.854.827	102.819	-	-	79.303	-	(107.658)	74.464
CLN	91,49	10.463.020	18.257.592	52.518	-	-	1.782	-	(491)	53.809
CART	100	513.484.978	513.484.978	516.474	30.000	(201)	(80.208)	-	-	466.065
METRÓRIO	100	1.446.898.779	-	1.281.755	-	-	61.222	-	-	1.342.977
LAMBRA	100	355.421.521	-	1.198.544	85.201	(25.023)	35.677	83.196	(8.461)	1.369.134
GRUPAR	90	16.849.896.819	-	600.152	-	-	(182.000)	-	-	418.152
METROBARRA	100	60.000.000	-	4.796	54.000	-	(2.934)	-	-	55.862
PEX Peru	99,90	4.995	-	-	4	-	-	-	-	4
VIA 040	100	395.000.000	-	-	315.000	-	(21.504)	-	-	293.496
				3.757.058	484.205	(25.224)	(108.662)	83.196	(116.610)	4.073.963
Controladas em conjunto										
VIARIO	33,34	22.594.518	-	19.807	-	-	(3.678)	-	-	16.129
CBN	50	78.500.000	-	43.755	33.000	-	102	-	-	76.857
CRA	50	43.378.000	-	33.881	-	-	(2.149)	-	-	31.732
				97.443	33.000	-	(5.725)	-	-	124.718
Coligada										
CRT	24,92	17.992	3.546	67.176	-	(4.346)	12.250	-	(5.922)	69.158
				67.176	-	(4.346)	12.250	-	(5.922)	69.158
TOTAL				3.921.677	517.205	(29.570)	(102.137)	83.196	(122.532)	4.267.839
Saldo Passivo do Investimento										
	Participação da Invepar %	Quantidade de ações em 31/12/2014		Saldos em 31/12/2013	Aumento de capital	Amortização	Equivalência patrimonial	Ajustes de conversão	Dividendos e JSCP	Saldos em 31/12/2014
		Ordinárias	Preferenciais	Investimentos						Investimentos
Coligada										
VLT	24,87	15.526.950	-	5.907	-	-	(15.011)	-	-	(9.104)
Controlada										
PEX	100	1.350.000	-	1.270	-	-	(3.114)	-	-	(1.844)
										Saldo em 2014
** Adiantamento para futuro investimento										53.564

** Adiantamento para futuro investimento

(*) Saldos que compõem o valor do investimento consolidado, além do montante de R\$146 da controlada LAMSA referente a obras de arte.

(**) Montante pago pelo METRÔBARRA para os acionistas da CRB para aquisição futura dessa empresa, conforme informado no item “n” desta nota.

Em 31 de dezembro de 2014, o ágio registrado sobre os investimentos na CART, CRT e LAMBRA montam R\$4.884, R\$30.060 e R\$830.926 respectivamente.

a) Informações sobre os investimentos da controladora

Os valores abaixo apresentados correspondem a 100% dos números das empresas, ou seja, não foi considerado o percentual de participação da Invepar.

a.1) Outras informações sobre as controladas, controladas em conjunto e coligadas em 30 de setembro de 2015

	Empresas	Receita líquida de serviços	Receita de construção	Custos e despesas	Custos de construção	Provisão para manutenção	Depreciação e amortização	Equivalência patrimonial	Resultado financeiro	Impostos s/ resultado	Resultado do período	Participação da Invepar %
Rodovias	LAMSA	205.803	19.963	(55.911)	(19.766)	-	(16.177)	-	(21.115)	(35.763)	77.034	100
	CLN	32.135	619	(21.314)	(613)	-	(4.029)	-	(1.410)	(956)	4.432	91,49
	CART	197.861	52.207	(90.440)	(51.690)	(18.100)	(68.355)	-	(177.946)	2.115	(154.348)	100
	CBN	76.452	81.717	(37.166)	(80.890)	(235)	(26.917)	-	(22.230)	(237)	(9.506)	50
	CRT	138.721	26.799	(59.026)	(26.799)	-	(22.076)	-	(14.938)	(14.441)	28.240	24,92
	CRA	31.259	3.113	(17.319)	(3.082)	-	(7.095)	-	(17.575)	(932)	(11.631)	50
	LAMBRA	-	-	(53)	-	-	-	63.717	46.423	(16.349)	93.738	100
	LAMSAC	200.708	508.730	(93.905)	(508.730)	(4.442)	(7.041)	-	28.619	(60.222)	63.717	100 *
	VIARIO	-	904.578	(8.907)	(904.578)	-	(219)	-	(1.426)	3.559	(6.993)	33,34
	PEX	6.031	-	(4.221)	-	-	(554)	-	(454)	-	802	100
	VIA 040	48.141	481.312	(115.881)	(476.547)	(102)	(4.658)	-	(804)	45	(68.494)	100
Mobilidade urbana	METRÔRIO	575.006	75.539	(306.167)	(75.539)	-	(84.528)	-	(50.605)	(30.220)	103.486	100
	METROBARRA	-	-	(3.052)	-	-	(114)	-	(93)	1.096	(2.163)	100
	VLT	27.483	182.764	(27.934)	(182.764)	-	(7)	-	(30.032)	10.275	(20.215)	24,87
Aeroportos	GRUPAR	-	-	(208)	-	-	-	(474.294)	94	-	(474.408)	90
	GRU AIRPORT	1.222.224	207.835	(552.490)	(201.997)	-	(518.814)	-	(1.083.101)	(3.645)	(929.988)	45,9 *

(*) O percentual de 100% da LAMSAC e 45,9% de GRU AIRPORT representa participação indireta.

a.1) Outras informações sobre as controladas, controladas em conjunto e coligadas em 30 de setembro de 2015 - continuação

Balço patrimonial	Empresas	Ativo		Passivo		Patrimônio líquido	Participação da Invepar %
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante		
Rodovias	LAMSA	61.439	493.685	74.910	394.122	86.092	100 **
	CLN	6.624	119.513	15.939	45.372	64.826	91,49 **
	CART	65.948	2.342.044	228.516	1.725.643	453.833	100
	CBN	21.199	725.060	42.437	537.611	166.211	50
	CRT	38.533	235.410	41.253	63.910	168.780	24,92
	CRA	7.410	271.341	66.969	119.952	91.830	50
	LAMBRA	1.282	1.293.138	79.375	35.700	1.179.345	100
	LAMSAC	118.645	2.939.420	578.976	1.524.859	954.230	100 *
	VIARIO	28.594	595.414	432.621	-	191.387	33,34
	PEX	12.381	2.761	16.920	70	(1.848)	100 ***
	VIA 040	117.433	1.103.914	837.834	78.511	305.002	100
Mobilidade Urbana	METRÔRIO	347.410	2.479.087	689.289	736.630	1.400.578	100
	METROBARRA	40.437	793.216	779.953	-	53.700	100
	VLT	197.199	946.348	1.116.104	7.968	19.475	24,87
Aeroportos	GRUPAR	412	109.113	332	12.306	96.887	90
	GRU AIRPORT	388.192	16.193.795	1.727.976	14.640.103	213.908	45,9 *

(*) O percentual de 100% da LAMSAC e 45,9% de GRU AIRPORT representa participação indireta.

(**) Os Patrimônios Líquidos da LAMSA e CLN são respectivamente de R\$86.092 e R\$64.826 e os valores utilizados para consolidação são de R\$68.183 e R\$58.511, respectivamente, ajustados pelo lucro não realizado decorrentes das transações entre partes relacionadas: debênture LAMSA e METRÔRIO e mútuo entre CLN e INVEPAR.

(***) Passivo a descoberto.

a.1) Outras informações sobre as controladas, controladas em conjunto e coligadas em 30 de setembro de 2015 - continuação

		(+ Investimento total)				(- Investimento não caixa)				(=) Investimento caixa	Participação da Invepar %
Empresas		Adição ao imobilizado	Software e outros	Direito de Concessão (Investimento)	Resultado financeiro sobre capitalização da outorga	Capitalização de resultado financeiro	Variação cambial	Aquisição de Intangível / Imobilizado ainda não liquidada	Margem de Construção		
Rodovias	LAMSA	5.942	21	22.213	-	-	-	1.868	197	26.111	100
	CLN	270	43	647	-	-	-	68	6	886	91,49
	CART	2.605	564	81.595	-	-	-	4.853	517	79.394	100
	CBN	180	36	81.233	-	2.057	-	-	827	78.565	50
	CRT	1.069	210	29.973	-	1.837	-	-	-	29.415	24,92
	CRA	-	86	3.731	-	-	-	-	31	3.786	50
	LAMSAC	10.681	5.036	1.365.138	-	107.532	567.344	303.579	-	402.400	100 *
	VIARIO	183	60	257.387	-	-	-	-	-	257.630	33,34
	PEX	167	110	-	-	-	-	4	-	273	100
	VIA 040	30.064	278	508.538	-	39.766	-	19.281	4.765	475.068	100
Mobilidade Urbana	METRÔRIO	18.786	1.420	76.965	-	1.427	-	15.497	-	80.247	100
	METROBARRA	383.441	27	-	-	24.300	-	15.601	-	343.567	100
	VLT	1.302	-	206.009	-	1.339	-	-	-	205.972	24,87
Aeroportos	GRU AIRPORT	4.532	10.476	207.296	483.378	503.228	-	952	5.838	195.664	45,9 *

(*) O percentual de 100% da LAMSAC e 45,9% de GRU AIRPORT representa participação indireta.

a.1) Outras informações sobre as controladas, controladas em conjunto e coligadas em 30 de setembro de 2015 - continuação

Receitas e despesas financeiras	Empresas	Resultado financeiro					Participação da Invepar %
		Juros ativos / passivos	Variações cambiais	Variação monetária e Ajuste a Valor Presente (AVP)	Outros	(=) Resultado financeiro	
Rodovias	LAMSA	1.914	(3.896)	162	(19.295)	(21.115)	100
	CLN	(1.434)	-	74	(50)	(1.410)	91,49
	CART	(45.670)	-	(89.432)	(42.844)	(177.946)	100
	CBN	(19.818)	-	-	(2.412)	(22.230)	50
	CRT	417	-	(1.588)	(13.767)	(14.938)	24,92
	CRA	(13.570)	-	-	(4.005)	(17.575)	50
	LAMBRA	(190)	48.085	-	(1.472)	46.423	100
	LAMSAC	2.177	26.589	(0)	(147)	28.619	100 *
	VIARIO	7.511	-	-	(8.937)	(1.426)	33,34
	PEX	217	-	-	(671)	(454)	100
	VIA 040	254	54	428	(1.540)	(804)	100
Mobilidade urbana	METRÔRIO	6.351	(2.436)	(12.078)	(42.442)	(50.605)	100
	METROBARRA	(71)	(36)	803	(789)	(93)	100
	VLT	7.592	(450)	(239)	(36.935)	(30.032)	24,87
Aeroportos	GRUPAR	94	-	2	(2)	94	90
	GRU AIRPORT	(101.118)	(993)	-	(980.990)	(1.083.101)	45,9 *

(*) O percentual de 100% da LAMSAC e 45,9% de GRU AIRPORT representa participação indireta.

a.1) Outras informações sobre as controladas, controladas em conjunto e coligadas em 30 de setembro de 2015 - continuação

Dívida líquida	Empresas	(+) Empréstimos, Financiamentos e Debêntures		(-) Caixa, equivalentes de caixa e Aplicações financeiras	(=) Dívida líquida	Participação da Invepar %
		Circulante	Não circulante			
Rodovias	LAMSA	50.022	389.098	11.624	427.496	100
	CLN	8.390	39.795	7.336	40.849	91,49
	CART	198.605	1.607.720	178.206	1.628.119	100
	CBN	20.345	530.414	32.777	517.982	50
	CRT	29.860	48.802	25.295	53.367	24,92
	CRA	6.378	119.950	5.168	121.160	50
	LAMBRA	79.337	-	340.143	(260.806)	100
	LAMSAC	139.079	1.510.077	104.172	1.544.984	100 *
	VIARIO	425.795	-	28.195	397.600	33,34
	PEX	-	-	4.183	(4.183)	100
	VIA 040	747.412	10.037	79.947	677.502	100
Mobilidade urbana	METRÔRIO	534.199	675.421	271.861	937.759	100
	METROBARRA	748.415	-	19.735	728.680	100
	VLT	510.248	-	26.691	483.557	24,87
Aeroportos	GRUPAR	-	-	394	(394)	90
	GRU AIRPORT	376.562	3.250.197	188.939	3.437.820	45,9 *

(*) O percentual de 100% da LAMSAC e 45,9% de GRU AIRPORT representa participação indireta.

a.2) Outras informações sobre as controladas, controladas em conjunto e coligadas em 30 de setembro de 2014

	Empresas	Receita líquida de serviços	Receita de construção	Custos e despesas	Custos de construção	Provisão para manutenção	Depreciação e amortização	Equivalência patrimonial	Resultado financeiro	Impostos s/ resultado	Resultado do período	Participação da Invepar %
Rodovias	LAMSA	191.598	1.091	(53.095)	(1.083)	-	(16.312)	-	(16.044)	(35.934)	70.221	100
	CLN	30.849	21.480	(19.052)	(21.267)	-	(3.976)	-	(2.488)	(1.966)	3.580	91,49
	CART	181.229	329.635	(81.756)	(326.371)	(12.533)	(60.474)	-	(115.194)	4.282	(81.182)	100
	CBN	73.480	101.599	(35.591)	(100.583)	-	(20.421)	-	(20.128)	(1.680)	(3.324)	50
	CRT	136.174	13.528	(46.918)	(13.528)	-	(16.893)	-	(16.773)	(18.538)	37.052	24,92
	CRA	32.059	20.036	(18.386)	(19.838)	-	(6.546)	-	(12.208)	1.270	(3.613)	50
	LAMBRA	-	-	(79)	-	-	-	54.866	(69)	-	54.718	100
	LAMSAC	142.320	177.489	(63.246)	(177.489)	-	(4.382)	-	(7.511)	(12.315)	54.866	100 *
	VIARIO	-	320.681	(6.856)	(320.681)	-	(189)	-	(4.099)	3.584	(7.560)	33,34
	PEX	5.377	-	(5.034)	-	-	(644)	-	(606)	295	(612)	100
	VIA 040	-	196.351	(21.997)	(194.407)	-	(251)	-	14.540	1.960	(3.804)	100
Mobilidade urbana	METRÔRIO	513.644	-	(291.527)	-	-	(84.087)	-	(62.738)	(27.594)	47.698	100
	METROBARRA	-	-	(2.192)	-	-	-	-	66	702	(1.424)	100
	VLT	4.195	10.317	(23.732)	(10.317)	-	(6)	-	(17.669)	12.384	(24.828)	24,87
Aeroportos	GRUPAR	-	-	(172)	-	-	-	(124.430)	66	-	(124.536)	90
	GRU AIRPORT	1.156.715	1.278.988	(517.468)	(1.243.063)	-	(457.198)	-	(406.297)	(55.657)	(243.980)	45,9 *

(*) O percentual de 100% da LAMSAC e 45,9% de GRU AIRPORT representa participação indireta.

a.2) Outras informações sobre as controladas, controladas em conjunto e coligadas em 30 de setembro de 2014 - continuação

Balanço patrimonial	Empresas	Ativo		Passivo		Patrimônio Líquido	Participação da Invepar %
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante		
Rodovias	LAMSA	50.146	493.219	73.814	380.210	89.341	100
	CLN	4.944	123.015	17.111	49.871	60.977	91,49
	CART	63.015	2.190.568	149.334	1.674.044	430.205	100
	CBN	35.937	647.877	31.260	551.364	101.190	50
	CRT	46.321	208.816	33.861	70.142	151.134	24,91
	CRA	23.858	275.845	109.697	125.860	64.146	50
	LAMBRA	2.903	512.512	6.494	-	508.921	100
	LAMSAC	271.244	1.352.058	121.916	988.876	512.510	100 *
	VIARIO	63.978	251.784	263.910	-	51.852	33,34
	PEX	11.798	3.179	14.396	18	563	100
	VIA 040	419.403	228.246	20.060	316.393	311.196	100
Mobilidade Urbana	METRÔRIO	239.972	2.412.520	239.813	1.083.226	1.329.453	100
	METROBARRA	449.225	271.736	5.257	658.331	57.373	100
	VLT	371.310	179.936	341.021	234.491	(24.266)	24,44 **
Aeroportos	GRUPAR	537	554.480	12.716	-	542.301	90
	GRU AIRPORT	306.879	15.950.197	1.571.125	13.598.733	1.087.218	45,9 *

(*) O percentual de 100% da LAMSAC e 45,9% de GRU AIRPORT representa participação indireta.

(**) Passivo a descoberto.

a.2) Outras informações sobre as controladas, controladas em conjunto e coligadas em 30 de setembro de 2014 - continuação

		(+ Investimento total)				(- Investimento não caixa)					(=) Investimento caixa	Participação da Invepar %
Empresas		Adição ao imobilizado	Software e outros	Direito de Concessão (Investimento)	Resultado financeiro sobre capitalização da outorga	Capitalização de resultado financeiro	Variação cambial	Provisão Hedge	Aquisição de Intangível / Imobilizado ainda não liquidada	Margem de Construção		
Rodovias	LAMSA	3.240	9.137	53	-	-	-	-	895	8	11.527	100
	CLN	238	8	3.198	-	805	-	-	548	213	1.878	0,00
	CART	4.304	815	334.495	-	-	-	-	1.046	3.264	335.304	100
	CBN	392	95	96.994	-	4.868	-	-	10.153	1.016	81.444	50
	CRT	1.195	16	15.225	-	1.411	-	-	-	-	15.025	24,91
	CRA	-	778	18.361	-	3.708	-	-	-	198	15.233	50
	LAMSAC	1.026	2.797	238.053	-	-	(10.114)	-	12.987	-	239.003	100 *
	VIARIO	608	26	121.978	-	(9.738)	-	-	-	-	132.350	33,34
	PEX	584	176	-	-	-	-	-	3	-	757	100
	VIA 040	3.687	161	222.856	-	565	-	-	6.103	1.944	218.092	100
Mobilidade Urbana	METRÔRIO	52.867	1.985	22.561	-	6.221	-	-	8.791	-	62.401	100
	METROBARRA	150.446	-	-	-	58.709	-	3.501	2.571	-	85.665	100
	VLT	1.894	101.695	-	-	-	-	-	-	-	103.589	24,44
Aeroportos	GRU AIRPORT	9.413	1.830	1.153.810	467.329	534.019	-	-	15.383	35.925	1.047.055	45,9 *

(*) O percentual de 100% da LAMSAC e 45,9% de GRU AIRPORT representa participação indireta.

a.2) Outras informações sobre as controladas, controladas em conjunto e coligadas em 30 de setembro de 2014 – continuação

Receitas e despesas financeiras	Empresas	Resultado financeiro					Participação da Invepar %
		Juros ativos / passivos	Variações cambiais	Variação monetária e Ajuste a Valor Presente (AVP)	Outros	(=) Resultado financeiro	
Rodovias	LAMSA	944	287	140	(17.415)	(16.044)	100
	CLN	(2.267)	-	134	(355)	(2.488)	91,49
	CART	(27.985)	(3)	(47.633)	(39.573)	(115.194)	100
	CBN	(15.829)	-	-	(4.299)	(20.128)	50
	CRT	(472)	-	(96)	(16.205)	(16.773)	24,91
	CRA	(10.735)	-	-	(1.473)	(12.208)	50
	LAMBRA	130	-	-	(199)	(69)	100
	LAMSAC	-	(9.170)	(861)	2.520	(7.511)	100 *
	VIARIO	8.581	-	-	(12.680)	(4.099)	33,34
	PEX	77	-	-	(683)	(606)	100
	VIA 040	14.631	-	-	(91)	14.540	100
Mobilidade Urbana	METRÔRIO	(25.396)	541	(14.391)	(23.492)	(62.738)	100
	METROBARRA	(11)	174	-	(97)	66	100
	VLT	4.882	(6.511)	-	(16.040)	(17.669)	24,44
Aeroportos	GRUPAR	51	-	18	(3)	66	90
	GRU AIRPORT	(51.141)	(18)	-	(355.138)	(406.297)	45,9 *

(*) O percentual de 100% da LAMSAC e 45,9% de GRU AIRPORT representa participação indireta.

a.2) Outras informações sobre as controladas, controladas em conjunto e coligadas em 30 de setembro de 2014 - continuação

Dívida Líquida	Empresas	(+) Empréstimos, Financiamentos e Debêntures		(-) Caixa, equivalentes de caixa e Aplicações financeiras	(=) Dívida líquida	Participação da Invepar %
		Circulante	Não circulante			
Rodovias	LAMSA	23.914	375.980	14.672	385.222	100
	CLN	8.989	44.252	6.453	46.788	91,49
	CART	126.377	1.580.778	148.282	1.558.873	100
	CBN	12.792	547.211	51.187	508.816	50
	CRT	19.088	63.265	28.582	53.771	24,91
	CRA	104.318	124.999	21.378	207.939	50
	LAMBRA	-	-	2.898	(2.898)	100
	LAMSAC	-	980.918	260.010	720.908	100 *
	VIARIO	261.537	-	60.713	200.824	33,34
	PEX	-	-	3.314	(3.314)	
Mobilidade Urbana	VIA 040	485	316.393	413.620	(96.742)	100
					-	
	METRÔRIO	150.062	1.020.666	220.519	950.209	100
	METROBARRA	(1.924)	657.391	439.540	215.927	100
Aeroportos	VLT	323.399	-	135.519	187.880	24,44
					-	
	GRUPAR	-	-	516	(516)	90
	GRU AIRPORT	347.108	2.719.862	91.645	2.975.325	45,9 *

(*) O percentual de 100% da LAMSAC e 45,9% de GRU AIRPORT representa participação indireta.

b) METRÔRIO

A Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. (“METRÔRIO”) é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída em 26 de agosto de 2008 com o objetivo de: (i) participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou cotista; (ii) a participação em empreendimentos imobiliários; e (iii) a participação, como cotista, em fundos de investimentos regularmente constituídos. Com o processo de otimização da estrutura societária ocorrido em 2009, o METRÔRIO passou a ser uma empresa de transporte urbano de passageiros.

Em 27 de dezembro de 2007, o METRÔRIO firmou com o Poder Concedente o Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, prorrogando a concessão, sob condição resolutiva, até 27 de janeiro de 2038. Até aquele momento, com base nos termos até então vigentes, a concessão se encerraria em 27 de janeiro de 2018. A prorrogação da concessão se deu em contrapartida a: (i) investimentos a serem realizados pelo METRÔRIO, a título de pagamento da outorga da concessão, na implementação de novas estações metroviárias, aquisição de novos trens e modernização das operações; (ii) composição de litígios até então existentes entre a Concessionária, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, a Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro - CMRJ (em liquidação) e a Companhia de Transportes Sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro - RIOTRILHOS; e (iii) assunção de obrigações de parte a parte, tais como: Concessionária: prestar serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários; manter, durante todo o período da concessão, pessoal técnico e administrativo, próprio ou de terceiros, legalmente habilitado; prestar contas da gestão do serviço à AGETRANSP e aos usuários, manter os seguros compatíveis com suas responsabilidades para com o Estado; zelar pela integridade dos bens vinculados à concessão; Estado: regulamentar os serviços concedidos; intervir na concessão para garantir a adequada prestação dos serviços; reajustar e revisar a tarifa básica; indenizar a concessionária por perdas que venha a ter em razão da não recomposição do equilíbrio econômico-financeiro e em razão da falta de reajuste ou revisão das tarifas; entregar à concessionária toda documentação técnica, aí incluídos lista de bens reversíveis; autorizar a concessionária, com recursos financeiros próprios, a importar e/ou adquirir os bens considerados reversíveis.

Em 30 de setembro de 2015, a Concessionária possui capital circulante líquido negativo de R\$341.879 (capital circulante líquido positivo de R\$29.679 em 31 de dezembro de 2014), devido, principalmente, ao reconhecimento de dívida de debêntures e financiamento, junto aos bancos HSBC e CITIBANK nos montantes de R\$255.782 e R\$149.639 respectivamente, para execução de seus investimentos e cumprimento de outras obrigações, vencíveis em 11 de março de 2016. A Administração considera que o fluxo de caixa das operações projetado para os próximos doze meses é suficiente para fazer frente aos compromissos de caixa e para o restabelecimento do equilíbrio do seu capital circulante líquido, além disso, há um estudo em andamento para a rolagem da dívida, o que transferirá a mesma do curto para o longo prazo.

c) CART

A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (“CART”) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 12 de novembro de 2008, cuja atividade exclusiva é a exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, sob o regime de concessão, do Edital nº 04 do Programa Estadual de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo.

A assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária foi realizada em 16 de março de 2009, após homologação dos resultados pelo Poder Concedente.

O prazo de concessão é de 30 anos, contados da data da transferência de controle do sistema existente, podendo ser prorrogado na forma da lei e conforme condições previstas no contrato de concessão. Extinta a concessão, retorna ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados a exploração do sistema rodoviário. A Concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

Em 25 de fevereiro de 2015, ocorreu aumento de capital na controlada CART no valor de R\$45.000, mediante a emissão de 57.293.797 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. A totalidade das ações emitidas foram subscritas e integralizadas pela INVEPAR.

Em 8 de maio de 2015, ocorreu aumento de capital na controlada CART no valor de R\$37.000, mediante a emissão de 52.035.826 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. A totalidade das ações emitidas foram subscritas e integralizadas pela INVEPAR.

Em 29 de junho de 2015, ocorreu aumento de capital na controlada CART no valor de R\$75.000, mediante a emissão de 106.855.950 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. A totalidade das ações emitidas foram subscritas e integralizadas pela INVEPAR.

Em 30 de setembro de 2015 a Concessionária possui capital circulante líquido negativo de R\$162.568 (R\$81.629 em 31 de dezembro de 2014), causado principalmente, pela classificação no não circulante de aplicações financeiras realizadas com o objetivo de manter conta reserva para honrar os compromissos contratuais relativos aos empréstimos, financiamentos e debêntures.

A Controlada se baseia no suporte financeiro do controlador para suprir eventuais necessidades de caixa.

d) CBN

A Concessionária Bahia Norte S.A. é uma Sociedade de Propósito Específico (“SPE”), de capital fechado, constituída em 29 de junho de 2010, que tem como objeto social, específica e exclusivamente, a exploração e operação do sistema rodoviário composto por trechos das rodovias BA-093, BA-512, BA-521, BA-524, BA-526 e BA-535, seus acessos, faixas de domínio, edificações e terrenos, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas, tudo em conformidade com as condições do contrato de concessão firmado entre o Estado da Bahia, o Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia (“DERBA”), a Agência Estadual de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações do Estado da Bahia (“AGERBA”, em conjunto com o Estado da Bahia e DERBA, o “Poder Concedente”), pelo prazo de 25 anos.

Em 12 de agosto de 2015, ocorreu aumento de capital na controlada em conjunto CBN no valor de R\$11.000. A totalidade das ações emitidas foram subscritas e integralizadas pela INVEPAR.

Em 30 de setembro de 2015 a Concessionária possui capital circulante líquido negativo de R\$21.238 (R\$29.821 positivo em 31 de dezembro de 2014). Do montante do capital circulante líquido negativo, a Invepar possui o percentual de participação de 50% junto à Controlada. A Controlada em conjunto se baseia no suporte financeiro dos controladores para suprir eventuais necessidades de caixa.

e) CRT

A Concessionária Rio-Teresópolis S.A. sociedade anônima de capital aberto constituída em Assembléia Geral realizada em 7 de novembro de 1995. Suas atividades compreendem, exclusivamente, a exploração, sob forma de concessão, não onerosa, de serviço precedido de obra pública, pelo prazo de 25 anos, teve início em 23 de março de 1996 e portanto término em 22 de março de 2021.

Em 30 de setembro de 2015 a Concessionária possui capital circulante líquido negativo de R\$2.720 (R\$7.783 positivo em 31 de dezembro de 2014). Do montante do capital circulante líquido negativo, a Invepar possui o percentual de participação de 24,9% junto à coligada. A coligada se baseia no suporte financeiro dos controladores para suprir eventuais necessidades de caixa.

f) CRA

A Concessionária Rota do Atlântico S.A. foi constituída em 10 de junho de 2011, tendo como objetivo a exploração, pelo regime de concessão, e a execução de obras do Complexo Viário e Logístico de SUAPE - “Express Way”, pelo prazo de 35 anos, a partir de novembro de 2011.

Em 30 de setembro de 2015, a CRA apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$59.559 (R\$88.568 em 31 de dezembro de 2014), devido, principalmente, ao reconhecimento de dívida de empréstimos e financiamentos de curto prazo junto aos bancos HSBC e BNDES para execução de seus investimentos e cumprimento de outras obrigações. Do montante do capital circulante líquido negativo, a Invepar possui o percentual de participação de 50% junto à Controlada em conjunto.

Em 8 de junho de 2015, foi celebrado mútuo com a Invepar no montante de R\$27.500 atualizado pela variação do CDI + 30% a.a. Tal operação possui prazo de pagamento, com renovação automática e mensal, por até 5 meses contados a partir da data do vencimento inicial, 10 de julho de 2015.

Em 9 de junho de 2015, ocorreu aumento de capital na controlada em conjunto CRA no valor de R\$20.000, mediante a emissão de 27.341.454 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. A totalidade das ações emitidas foram subscritas e integralizadas pela INVEPAR.

g) GRUPAR

Em 6 de fevereiro de 2012, a INVEPAR venceu, em consórcio com a Airports Company South Africa Soc Limited - ACSA, o leilão da concessão de serviços públicos para construção parcial, manutenção e exploração do Aeroporto Internacional Governador André Franco Montoro, na Cidade de Guarulhos em São Paulo. Para explorar a concessão foi criada a Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. - “GRU AIRPORT” da qual o Consorcio INVEPAR - ACSA, através do Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. -

“GRUPAR”, possui 51% (sendo 90% da INVEPAR e 10% da ACSA) e 49% são detidos pela INFRAERO, conforme o edital da licitação. Conforme memorando de entendimentos firmado entre INVEPAR e ACSA, a ACSA poderá aumentar sua participação em GRUPAR para até 20% de seu capital. Em 8 de outubro de 2015 a INVEPAR concluiu a alienação descrita no evento subsequente.

Em 30 de setembro de 2015, a GRUPAR consolidada apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$1.339.705 (R\$938.330 em 31 de dezembro de 2014), devido, principalmente, ao reconhecimento de obrigações junto à União referente ao pagamento das outorgas. Adicionalmente, a Administração da Companhia e da controlada GRU AIRPORT têm atuado ativamente na avaliação das fontes de financiamento, visando o alongamento do perfil da dívida e na melhora dos indicadores financeiros. Caso o alongamento do perfil da dívida e a geração de caixa operacional não sejam suficientes, existe o compromisso dos acionistas de realizar o aporte de recursos necessários à manutenção das atividades de GRU AIRPORT.

Em 24 de abril de 2015, ocorreu aumento de capital na controlada GRUPAR no valor de R\$106.679, mediante a emissão de 5.183.722.664 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. A totalidade das ações emitidas foram subscritas e integralizadas pela INVEPAR.

h) LAMBRA

Em 21 de março de 2012, a Invepar passou a ser controladora da V.P.R. Brasil Participações S.A. com 100% do capital social da mesma, por meio da subscrição e integralização de ações da OAS S.A. que era a única titular das ações representativas do patrimônio da V.P.R. Brasil Participações S.A.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 21 de março de 2012 os acionistas deliberaram a incorporação por parte da Invepar da V.P.R. Brasil Participações S.A., com a emissão de 17.429.354 novas ações ordinárias e 34.858.708 novas ações preferenciais.

A Invepar obteve da extinta VPR Brasil Participações S.A., 100% do capital social da Línea Amarilla Brasil Participações S.A. (“LAMBRA”), que por sua vez é detentora de 100% do capital social da Línea Amarilla S.A.C. (“LAMSAC”), uma sociedade com sede no Peru, constituída em 6 de outubro de 2009 com objeto social de construção e exploração de uma via expressa na região metropolitana de Lima, conforme contrato de concessão firmado em 12 de novembro de 2009 junto a Municipalidad Metropolitana de Lima, no Peru, tendo a referida concessão um prazo de 30 anos.

Em 14 de fevereiro de 2013, foi levado ao registro público o Aditivo Contratual (“Aditivo”) firmado em 13 de fevereiro de 2013, o qual amplia o prazo da concessão em mais 10 anos, passando a 40 anos, a partir da assinatura do Contrato. Destaque-se, ainda, que, em atendimento ao Contrato, a Concessionária iniciou a percepção das receitas arrecadadas pelas praças de pedágio a partir de 10 de fevereiro de 2013.

Em 5 de junho de 2013 ocorreu o aumento de capital no valor de R\$87.580, mediante a emissão de 87.580.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. A totalidade das ações emitidas foram subscritas pela INVEPAR.

Em 20 de maio de 2014 ocorreu um aumento de capital no valor de R\$54.000, mediante a emissão de 40.911.778 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. A

totalidade das ações emitidas foram subscritas pela INVEPAR.

Em 06 de outubro de 2014 ocorreu um aumento de capital no valor de R\$31.201, mediante a emissão de 22.240.105 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. A totalidade das ações emitidas foram subscritas pela INVEPAR.

Em 3 de fevereiro de 2015, ocorreu aumento de capital na controlada Lambra no valor de R\$52.000, mediante a emissão de 37.382.126 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. A totalidade das ações emitidas foram subscritas e integralizadas pela INVEPAR.

Em 30 de abril de 2015, ocorreu aumento de capital na controlada Lambra no valor de R\$123.000, mediante a emissão de 90.806.088 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. A totalidade das ações emitidas foram subscritas e integralizadas pela INVEPAR.

Em 25 de junho de 2015, ocorreu aumento de capital na controlada Lambra no valor de R\$10.000, mediante a emissão de 7.492.212 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. A totalidade das ações emitidas foram subscritas e integralizadas pela INVEPAR.

Em 13, 25 e 31 de agosto de 2015, ocorreram aumento de capital na controlada Lambra nos valores de R\$36.000, R\$17.000 e R\$1.878, mediante a emissão de 26.971.962, 12.736.760 e 1.213.738 ações ordinárias, respectivamente, todas nominativas e sem valor nominal. A totalidade das ações emitidas foram subscritas e integralizadas pela INVEPAR.

Em 11 e 17 de setembro de 2015, ocorreram aumento de capital na controlada Lambra no valor de R\$38.484 e R\$18.000, mediante a emissão de 28.833.339 e 13.485.981 ações ordinárias, respectivamente, todas nominativas e sem valor nominal. A totalidade das ações emitidas foram subscritas e integralizadas pela INVEPAR.

Em 30 de setembro de 2015, a LAMBRA apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$538.424 (R\$55.660 positivo em 31 de dezembro de 2014).

i) VIARIO

A Concessionária VIARIO S. A. é uma sociedade anônima, constituída em 20 de abril de 2012 e iniciou suas operações em 26 de abril de 2012 de acordo com o Contrato de Concessão firmado com a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro. A VIARIO tem como objetivo a concessão para implantação e exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de operação, manutenção, monitoração e realização de melhorias de Ligação Transolímpica. O prazo da concessão é de 35 anos, contados da data de assinatura do contrato de concessão.

Em 22 de abril de 2015, ocorreu aumento de capital na controlada em conjunto VIARIO no valor de R\$39.008. A totalidade das ações emitidas foram subscritas e integralizadas pela INVEPAR.

Em 19 de agosto de 2015, ocorreu aumento de capital na controlada em conjunto VIARIO no valor de R\$11.002. A totalidade das ações emitidas foram subscritas e integralizadas pela INVEPAR.

Em 30 de setembro de 2015, a VIARIO apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$404.027 (R\$283.989 em 31 de dezembro de 2014). Do montante do capital circulante líquido negativo, a Invepar possui o percentual de participação de 33,34% junto à Controlada. A Controlada se baseia no suporte financeiro dos controladores para suprir eventuais necessidades de caixa.

j) PEX

Em 6 de julho de 2012 através de Assembleia Geral de Constituição, foi criada a PEX S.A. com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ e tendo como única subscritora de seu capital social a INVEPAR.

A empresa tem como objeto social a (i) exploração de serviços acessórios ao setor de transportes e estacionamento, inclusive a administração e intermediação de meio de pagamento de pedágios e estacionamentos; (ii) a realização de cobrança, recebimento, depósito, pagamento e administração de recursos, por conta e ordem dos usuários do serviço; e (iii) aquisição, manutenção, troca, venda, doação, locação e comodato de equipamentos como meio para a realização de suas operações.

Em 18 de junho de 2015, ocorreu aumento de capital na controlada PEX no valor de R\$2.610, mediante a emissão de 6.740.101 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. A totalidade das ações emitidas foram subscritas e integralizadas pela INVEPAR.

Em 30 de setembro de 2015, a PEX apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$4.539 (R\$2.736 em 31 de dezembro de 2014).

k) VLT

Em 26 de abril de 2013, a Comissão Especial de Licitação da concorrência promovida pelo Município do Rio de Janeiro - Estado do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria Municipal da Casa Civil, divulgou o resultado do certame relativo à contratação, em regime de parceria público-privada, na modalidade de concessão patrocinada, dos serviços, fornecimentos e obras de implantação, operação e manutenção de sistema de transporte de passageiros através de Veículo Leve sobre Trilhos ("VLT"), na região portuária e central do Rio de Janeiro, pelo prazo de 25 anos, iniciado a partir da emissão da Ordem de Início.

A referida Comissão declarou o Consórcio VLT CARIOCA, formado pela INVEPAR (24,4375%), Actua Assessoria S.A., controlada da CCR (24,4375%), Odebrecht TransPort S.A. (24,4375%), RIOPAR Participações S.A. (24,4375%), Benito Roggio Transporte S.A. - BRT (2,00%) e RATP do Brasil Operações, Participações e Prestações de Serviços para Transporte Ltda. (0,25%), vencedor, tornando-se o resultado público após a divulgação da respectiva ata da sessão de abertura dos envelopes contendo as propostas econômicas. O Consórcio sagrou-se vencedor ao propor o menor valor a título de pagamento de prestação pecuniária mensal.

Em 25 de setembro de 2014 foi alterada a composição acionária através da compra de parte das ações da BRT, passando a ser INVEPAR (24,8750%), Actua Assessoria S.A., controlada da CCR (24,8750%), Odebrecht TransPort S.A. (24,8750%), RIOPAR Participações S.A. (24,8750%), Benito Roggio Transporte S.A. (0,25%) e RATP do Brasil Operações, Participações e Prestações de Serviços para Transporte Ltda. (0,25%).

Em 30 de setembro de 2015, o VLT apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$918.905 (R\$493.414 em 31 de dezembro de 2014), devido, principalmente, ao reconhecimento de dívida de debêntures de curto prazo. Do montante do capital circulante líquido negativo, a Invepar possui o percentual de participação de 24,87% junto à Controlada. Os compromissos futuros relacionados aos investimentos e liquidação de obrigações financeiras serão honrados através de novas captações no mercado financeiro e ou aportes adicionais de capital dos investidores. A VLT está, atualmente, negociando financiamento de longo prazo para liquidar empréstimos de curto prazo e financiar as demais fases de obras do projeto.

l) LAMSA

A Linha Amarela S.A. - LAMSA ("LAMSA"), cuja sede está localizada na Avenida Governador Carlos Lacerda S/N, Rio de Janeiro - RJ - Brasil e foi constituída sob forma de sociedade anônima de capital fechado, fundada em 21 de novembro de 1995, e tem como objeto social exclusivamente operar e explorar, através da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão outorgada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro da via denominada Linha Amarela. O prazo da concessão é de 480 meses contados a partir do início das operações, ocorrido em janeiro de 1998, conforme previsto no 11º Termo Aditivo Contratual assinado em 14 de maio de 2010.

Em 30 de setembro de 2015, a LAMSA apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$13.471 (R\$4.038 em 31 de dezembro de 2014), devido, principalmente, aos dividendos e juros sobre capital próprio a pagar a Invepar.

m) CLN

A Concessionária Litoral Norte S.A. - CLN ("CLN") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 3 de fevereiro de 2000, com sede na Rodovia 099 BA - Estrada do Coco, Praça do Pedágio, Camaçari - BA.

A CLN tem como objeto social operar e explorar, por meio da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão da via denominada BA-099, sistema rodoviário Estrada do Coco - Linha Verde, de acordo com o Contrato de Concessão outorgado pelo Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia - DERBA, em 21 de fevereiro de 2000.

Em 27 de março de 2015, foi proposto em ATA da RCA e aprovado pela administração, que os dividendos obrigatórios e os dividendos adicionais declarados pela Assembleia Geral não sejam pagos, tendo em vista os compromissos operacionais e financeiros de longo prazo assumidos.

Em 27 de abril de 2005, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, foi assinado o Termo Aditivo de Re-Ratificação ao Contrato de Concessão Remunerada de Uso de Bem Público nº 002/00, firmado entre a CLN e a Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia - AGERBA (agência reguladora). Também ficou determinada a prorrogação do prazo do Contrato de Concessão por mais dez anos, passando a ter seu término em 20 de março de 2035.

Em 14 de maio de 2015 o prazo de concessão foi prorrogado por mais 15 anos, contados a partir do vencimento do prazo atual, que é de 35 anos.

Em 30 de setembro de 2015, a CLN apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$9.315 (R\$11.943 em 31 de dezembro de 2014), devido, principalmente, ao reconhecimento de dívida de empréstimos e financiamentos de curto prazo e da obrigação junto ao poder concedente da realização de investimentos. A Administração da CLN e da Invepar têm atuado ativamente na avaliação das fontes de financiamento, visando o alongamento do perfil da dívida e a melhora dos indicadores financeiros. Caso o alongamento do perfil da dívida e a geração de caixa operacional não sejam suficientes, os acionistas efetuarão aporte de recursos necessários à manutenção das atividades da CLN.

n) METROBARRA

Em 20 de dezembro de 2012 através de Assembleia Geral de Constituição, foi criado o METROBARRA S.A. sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ e tendo como única subscritora de seu capital social a INVEPAR.

O METROBARRA tem por objeto social a locação de bens próprios e a participação em outras sociedades, na qualidade de acionista ou quotista, inclusive como holding.

Em 23 de novembro de 2012 a Invepar firmou um contrato de compra e venda junto aos atuais acionistas da CRB - Concessionária Rio Barra S.A, pagando em 15 de outubro de 2013 o valor de R\$53.564, registrado como adiantamento para aquisição futura de investimento. Após a transferência efetiva do controle sobre a empresa, será realizado o pagamento do preço variável, que será calculado tendo como base o número de passageiros entrantes nas estações da Linha 4.

A Concessionária Rio Barra S.A. ("CRB"), foi constituída em 14 de dezembro de 1998 e tem por objeto social exclusivo realizar, sob o regime de concessão, a exploração, precedida de obras públicas dos serviços de transporte metroviário de passageiros da linha 4 (quatro) do metrô do Rio de Janeiro extensão de Ipanema a Barra da Tijuca e tem prazo de concessão até 2036.

Em 11 de março de 2013 a Invepar cedeu os direitos e deveres do contrato de compra da CRB para o METROBARRA, sua subsidiária integral.

Para concluir a aquisição da CRB, a Invepar assumiu o compromisso de adquirir trens e sistemas para operação da Linha 4.

No dia 28 de março de 2014 foi aprovado pela Invepar um aumento de capital no montante de R\$54.000 na controlada METROBARRA.

Em 30 de setembro de 2015, o METROBARRA apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$739.516 (R\$264.060 em 31 de dezembro de 2014). A Administração do METROBARRA e da Invepar têm atuado ativamente na avaliação das fontes de financiamento, visando o alongamento do perfil da dívida. Caso não seja suficiente, a INVEPAR efetuará aporte de recursos necessários à manutenção das atividades.

o) VIA 040

Em 31 de janeiro de 2014 através de Assembleia Geral de Constituição, foi criada a Concessionária BR-040 S.A. com sede na cidade de Nova Lima - MG, tendo como única subscritora de seu capital social a INVEPAR.

Em 12 de março de 2014 foi celebrado o contrato de concessão entre a Concessionária BR-040 S.A. ("VIA 040") e a União Federal, por intermédio da ANTT, tendo por objeto a contratação, na modalidade de concessão, da recuperação, operação, manutenção, conservação, implantação de melhorias e ampliação do sistema rodoviário BR-040/DF/GO/MG, pelo prazo de 30 anos, podendo ser prorrogado por igual período, iniciado a partir da data da Assunção.

Em 31 de janeiro de 2014, nos termos do boletim de subscrição foi firmado pela Invepar a subscrição de 395.000 de ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

Em 21 e 24 de fevereiro de 2014 e 6 de março de 2015, foram realizadas integralizações de R\$39.500, R\$275.500 e R\$80.000, respectivamente, estando o Capital Social totalmente integralizado.

Em 30 de setembro de 2015, a VIA040 apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$720.401 (capital circulante líquido positivo de R\$241.390 em 31 de dezembro de 2014). A Administração da VIA040 e da Invepar têm atuado ativamente na avaliação das fontes de financiamento, visando o alongamento do perfil da dívida e a melhora dos indicadores financeiros. Caso o alongamento do perfil da dívida e a geração de caixa operacional não sejam suficientes, a INVEPAR efetuará aporte de recursos necessários à manutenção das atividades.

p) PEX Peru

Em 14 de outubro de 2014 através do registro de escritura pública, foi criada a PEX Perú S.A.C. com sede na cidade de Lima (Peru), tendo como subscritoras de seu capital social a INVEPAR com 99,9% e a LAMBRA com 0,1%. Tem objeto social a administração de pagamento automático de pedágio.

9. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base na divisão de sua gestão e tendo como critério as áreas de atuação de cada uma, sendo agrupados da seguinte forma: (i) rodovias; (ii) mobilidade urbana; (iii) aeroportos; e (iv) holding.

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Administração da Companhia e correspondentes ao período de nove meses findos em 30 de setembro de 2015, são as seguintes:

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

	30/09/2015					
	Rodovias	Mobilidade Urbana	Aeroportos	Holding	Eliminações (*)	Consolidado
Receita líquida de serviços	690.679	575.006	1.222.224	-	-	2.487.909
Receita de construção	1.062.831	75.539	207.835	-	-	1.346.205
	1.753.510	650.545	1.430.059	-	-	3.834.114
Custo de serviços prestados	(310.851)	(306.803)	(942.905)	-	-	(1.560.559)
Custo de construção	(1.057.346)	(75.539)	(201.997)	-	-	(1.334.882)
Lucro bruto	385.313	268.203	285.157	-	-	938.673
Despesas gerais e administrativas	(137.861)	(88.434)	(123.733)	(64.540)	-	(414.568)
Equivalência patrimonial	-	-	-	(384.332)	374.235	(10.097)
Outras receitas operacionais	(56.471)	1.376	(4.874)	(8)	-	(59.977)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	190.981	181.145	156.550	(448.880)	374.235	454.031
Receitas financeiras	101.239	110.906	51.502	10.371	(12.537)	261.481
Despesas financeiras	(227.925)	(161.604)	(1.134.509)	(125.072)	11.159	(1.637.951)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	64.295	130.447	(926.457)	(563.581)	372.857	(922.439)
Imposto de renda e contribuição social	(111.131)	(29.124)	(3.645)	-	-	(143.900)
Correntes	(121.171)	(22.683)	-	-	-	(143.854)
Diferidos	10.040	(6.441)	(3.645)	-	-	(46)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(46.836)	101.323	(930.102)	(563.581)	372.857	(1.066.339)
Atribuível aos acionistas não controladores	-	-	455.694	-	47.064	502.758
Atribuível aos acionistas controladores	(46.836)	101.323	(474.408)	(563.581)	419.921	(563.581)
Informações complementares						
Depreciação e amortização	(104.601)	(84.642)	(518.814)	(25.135)	-	(733.192)
Provisão para manutenção	(22.644)	-	-	-	-	(22.644)
Adição ao imobilizado	49.729	402.227	4.532	304	-	456.792
Adição ao intangível	1.984.183	78.412	701.150	841	-	2.764.586

(*) A coluna inclui as eliminações entre segmentos no contexto das Informações Financeiras Intermediárias.

Balço patrimonial em 30 de setembro de 2015

	Rodovias	Mobilidade urbana	Aeroportos	Holding	Eliminações (*)	Consolidado
Ativo						
Ativo circulante	383.752	387.847	388.604	97.648	(81.865)	1.175.986
Ativo não circulante	7.340.245	3.272.303	16.193.816	5.057.689	(3.790.149)	28.073.904
Total do ativo	7.723.997	3.660.150	16.582.420	5.155.337	(3.872.014)	29.249.890
	Rodovias	Mobilidade urbana	Aeroportos	Holding	Eliminações (*)	Consolidado
Passivo e patrimônio líquido						
Passivo circulante	1.832.470	1.469.242	1.728.309	1.260.518	(81.598)	6.208.941
Passivo não circulante	3.804.277	736.630	14.652.409	25.898	(167.200)	19.052.014
Patrimônio líquido	2.087.250	1.454.278	201.702	3.868.921	(3.623.216)	3.988.935
Total do passivo e patrimônio líquido	7.723.997	3.660.150	16.582.420	5.155.337	(3.872.014)	29.249.890

(*) A coluna inclui as eliminações entre segmentos no contexto das Informações Financeiras Intermediárias.

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Administração da Companhia e correspondentes ao período de nove meses findos em 30 de setembro de 2014, são as seguintes:

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

	30/09/2014					
	Rodovias	Mobilidade Urbana	Aeroportos	Holding	Eliminações (*)	Consolidado
Receita líquida de serviços	551.373	513.644	1.156.715	-	-	2.221.732
Receita de construção	726.046	-	1.278.988	-	-	2.005.034
	1.277.419	513.644	2.435.703	-	-	4.226.766
Custo de serviços prestados	(230.623)	(289.451)	(817.648)	-	-	(1.337.722)
Custo de construção	(720.617)	-	(1.243.063)	-	-	(1.963.680)
Lucro bruto	326.179	224.193	374.992	-	-	925.364
Despesas gerais e administrativas	(112.503)	(89.601)	(157.684)	(61.318)	-	(421.106)
Equivalência patrimonial	-	-	-	(48.749)	40.062	(8.687)
Outras receitas operacionais	295	1.246	493	-	-	2.034
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	213.971	135.838	217.801	(110.067)	40.062	497.605
Receitas financeiras	55.473	29.812	47.398	16.440	(23.980)	125.143
Despesas financeiras	(182.845)	(92.484)	(453.629)	(48.115)	7.110	(769.963)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	86.599	73.166	(188.430)	(141.742)	23.192	(147.215)
Imposto de renda e contribuição social	(43.678)	(26.892)	(55.657)	-	-	(126.227)
Correntes	(54.577)	(18.729)	-	-	-	(73.306)
Diferidos	10.899	(8.163)	(55.657)	-	-	(52.921)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	42.921	46.274	(244.087)	(141.742)	23.192	(273.442)
Atribuível aos acionistas não controladores	-	-	119.550	-	12.150	131.700
Atribuível aos acionistas controladores	42.921	46.274	(124.537)	(141.742)	35.342	(141.742)
Informações complementares						
Depreciação e amortização	(86.039)	(84.087)	(457.198)	(23.411)	-	(650.735)
Provisão para manutenção	(12.533)	-	-	-	-	(12.533)
Adição ao imobilizado	13.079	203.313	9.413	625	-	226.430
Adição ao intangível	811.749	24.546	1.622.969	2.249	-	2.461.513

(*) A coluna inclui as eliminações entre segmentos no contexto das Informações Financeiras Intermediárias.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014

	Rodovias	Mobilidade urbana	Aeroportos	Holding	Eliminações (*)	Consolidado
Ativo						
Ativo circulante	499.502	626.401	486.077	121.999	(66.061)	1.667.918
Ativo não circulante	4.957.146	2.881.256	15.999.155	4.315.422	(3.420.944)	24.732.035
Total do ativo	5.456.648	3.507.657	16.485.232	4.437.421	(3.487.005)	26.399.953
	Rodovias	Mobilidade urbana	Aeroportos	Holding	Eliminações (*)	Consolidado
Passivo e patrimônio líquido						
Passivo circulante	330.907	949.624	1.424.407	46.189	(65.841)	2.685.286
Passivo não circulante	3.685.497	1.159.194	14.138.110	503.738	(169.000)	19.317.539
Patrimônio líquido	1.440.244	1.398.839	922.715	3.887.494	(3.252.164)	4.397.128
Total do passivo e patrimônio líquido	5.456.648	3.507.657	16.485.232	4.437.421	(3.487.005)	26.399.953

(*) A coluna inclui as eliminações entre segmentos no contexto das Informações Financeiras Intermediárias.

10. IMOBILIZADO (CONSOLIDADO)

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	31/12/2014	Adições	Baixas	Transferências	30/09/2015
Custo						
Etiquetas eletrônicas	6,6	1.323	124	-	-	1.447
Instalações	13,6	12.821	1.417	(1)	-	14.237
Máquinas e equipamentos	9,2	90.721	16.093	(7.030)	9.874	109.658
Móveis e utensílios	9,2	39.243	4.327	(775)	250	43.045
Veículos	19,1	19.968	23.473	(772)	-	42.669
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros	6,8	5.137	3	-	-	5.140
Equipamentos de informática	19,6	69.886	11.248	(3.562)	-	77.572
Peças sobressalentes*		10.101	-	-	-	10.101
Imobilizado em andamento		360.949	392.480	(833)	(10.124)	742.472
Adiantamento a fornecedores		18.125	7.599	(100)	-	25.624
Outros		391	28	(1)	-	418
		<u>628.665</u>	<u>456.792</u>	<u>(13.074)</u>	<u>-</u>	<u>1.072.383</u>
Depreciação acumulada						
Etiquetas eletrônicas		(203)	(15)	-	-	(218)
Instalações		(2.974)	(668)	-	-	(3.642)
Máquinas e equipamentos		(33.843)	(8.143)	1.877	-	(40.109)
Móveis e utensílios		(11.466)	(3.629)	364	-	(14.731)
Veículos		(7.971)	(5.643)	359	-	(13.255)
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros		(2.116)	(260)	-	-	(2.376)
Equipamentos de informática		(39.931)	(6.519)	3.030	-	(43.420)
Outros		(498)	(204)	1	-	(701)
		<u>(99.002)</u>	<u>(25.081)</u>	<u>5.631</u>	<u>-</u>	<u>(118.452)</u>
Imobilizado líquido		<u>529.663</u>	<u>431.711</u>	<u>(7.443)</u>	<u>-</u>	<u>953.931</u>

(*) Peças de reposição que serão depreciadas quando aplicadas no ativo.

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	31/12/2013	Adições	Baixas	Transferência	30/09/2014
Custo						
Etiquetas eletrônicas	6,6	1.008	315	-	-	1.323
Instalações	13,6	8.404	774	(24)	3.160	12.314
Máquinas e equipamentos	9,2	69.667	9.368	(762)	(2.058)	76.215
Móveis e utensílios	9,2	20.272	8.860	(122)	5.427	34.437
Veículos	19,1	13.573	7.263	(319)	-	20.517
Benfeitorias em máquinas e veículos de terceiros	11,5	164.222	3.024	(29)	5.053	172.270
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros	6,8	112.016	10.897	(331)	17.294	139.876
Equipamentos de informática	19,6	57.506	6.432	(340)	120	63.718
Peças sobressalentes*		12.867	7.435	(1.862)	(6.311)	12.129
Imobilizado em andamento		176.748	161.777	(222)	(22.685)	315.618
Adiantamento a fornecedores		6.635	10.225	-	-	16.860
Outros		338	60	-	-	398
		<u>643.256</u>	<u>226.430</u>	<u>(4.011)</u>	<u>-</u>	<u>865.675</u>
Depreciação acumulada						
Etiquetas eletrônicas		(181)	(16)	-	-	(197)
Instalações		(2.208)	(767)	-	-	(2.975)
Máquinas e equipamentos		(23.336)	(7.070)	1	-	(30.405)
Móveis e utensílios		(8.043)	(2.263)	93	-	(10.213)
Veículos		(6.329)	(1.958)	210	-	(8.077)
Benfeitorias em máquinas e veículos de terceiros		(128.307)	(8.758)	-	-	(137.065)
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros		(9.287)	(9.138)	-	-	(18.425)
Equipamentos de informática		(32.083)	(6.224)	238	-	(38.069)
Outros		(245)	(183)	1	-	(427)
		<u>(210.019)</u>	<u>(36.377)</u>	<u>543</u>	<u>-</u>	<u>(245.853)</u>
Imobilizado líquido		<u>433.237</u>	<u>190.053</u>	<u>(3.468)</u>	<u>-</u>	<u>619.822</u>

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Companhia não identificou a necessidade de provisão para redução do valor do ativo imobilizado.

Em 30 de setembro de 2015, a adição do imobilizado em andamento refere-se basicamente aos investimentos da controlada METROBARRA no montante de R\$383.434. Tais investimentos são: desembolsos referentes ao sinal e ao início da fabricação dos equipamentos dos contratos de sinalização e piloto automático, aos gastos com engenharia e desembolsos referentes à conclusão da 1ª fase de fabricação dos 15 trens.

O grupo Invepar não possui ativos imobilizados dados em garantia, assim como arrendamento financeiro.

11. INTANGÍVEL (CONSOLIDADO)

	31/12/2014	Adições	Baixas	Variação Cambial	Transferências	30/09/2015
Custo						
Software	90.857	18.800	-	-	(18.046)	91.611
Direito de concessão - investimento LAMSA (b)	358.043	22.213	-	-	17.823	398.079
Direito de concessão - investimento CLN (b)	137.201	647	-	-	-	137.848
Direito de concessão - investimento CART (b)	1.653.379	81.595	(2.797)	-	-	1.732.177
Direito de concessão - outorga CART (a)	634.000	-	-	-	-	634.000
Direito de concessão - Ágio - CART (a)	5.957	-	-	-	-	5.957
Direito de concessão - investimento METRÔRIO (d)	1.631.945	76.965	(1.378)	-	-	1.707.532
Direito de concessão - outorga METRÔRIO (e)	1.326.979	-	-	-	-	1.326.979
Direito de concessão - investimento LAMSAC (b)	1.440.070	808.302	-	556.836	-	2.805.208
Direito de concessão - Ágio - LAMSAC	872.770	-	-	319.205	-	1.191.975
Direito de concessão - investimento GRU (b)	3.692.141	207.296	(98.746)	-	18.046	3.818.737
Direito de concessão - outorga GRU (c)	13.133.127	483.378	-	-	-	13.616.505
Direito de concessão - investimento - VIA 040	551.381	508.538	-	-	-	1.059.919
Outros	19.001	16	(22)	-	(17.823)	1.172
	25.546.851	2.207.750	(102.943)	876.041	-	28.527.699
Amortização						
Software	(20.757)	(8.647)	-	-	-	(29.404)
Direito de concessão - investimento LAMSA (b) (até 2038)	(56.511)	(13.853)	-	-	-	(70.364)
Direito de concessão - investimento CLN (b) (até 2035)	(21.333)	(3.587)	-	-	-	(24.920)
Direito de concessão - investimento CART (b) (até 2039)	(154.194)	(47.526)	931	-	-	(200.789)
Direito de concessão - outorga CART (a) (até 2039)	(121.832)	(15.850)	-	-	-	(137.682)
Direito de concessão - Ágio - CART	(1.072)	(151)	-	-	-	(1.223)
Direito de concessão - investimento METRÔRIO (d) (até 2038)	(301.480)	(41.969)	-	-	-	(343.449)
Direito de concessão - outorga METRÔRIO (e) (até 2038)	(415.648)	(32.147)	-	-	-	(447.795)
Direito de concessão - investimento LAMSAC (b)	(5.594)	(3.421)	-	-	-	(9.015)
Direito de concessão - ágio LAMSAC (b)	(41.844)	(20.637)	-	(25.674)	-	(88.155)
Direito de concessão - investimento GRU (b) (até 2032)	(93.576)	(99.851)	-	-	-	(193.427)
Direito de concessão - outorga GRU (c) (até 2032)	(962.316)	(413.634)	-	-	-	(1.375.950)
Direito de concessão - investimento - VIA 040	(934)	(3.577)	-	-	-	(4.511)
Outros	(138)	(1)	-	-	-	(139)
	(2.197.229)	(704.851)	931	(25.674)	-	(2.926.823)
Intangível líquido	23.349.622	1.502.899	(102.012)	850.367	-	25.600.876

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

	31/12/2013	Adições	Baixas	Variação Cambial	Transferências	30/09/2014
Custo						
Software	52.132	8.250	(209)	-	-	60.173
Direito de concessão - investimento LAMSA (b)	356.122	53	-	-	-	356.175
Direito de concessão - investimento CLN (b)	134.131	3.198	(805)	-	-	136.524
Direito de concessão - investimento CART (b)	1.233.653	334.495	(130)	-	-	1.568.018
Direito de concessão - outorga CART (a)	634.000	-	-	-	-	634.000
Direito de concessão - Ágio - CART	5.957	-	-	-	-	5.957
Direito de concessão - investimento METRORIO (d)	1.142.566	22.561	(16.065)	-	-	1.149.062
Direito de concessão - outorga METRORIO (e)	1.326.979	-	-	-	-	1.326.979
Direito de concessão - investimento VPR (b)	912.336	238.053	-	-	64.664	1.215.053
Direito de concessão - Ágio - VPR	826.376	-	-	10.114	-	836.490
Direito de concessão - investimento GRU (b)	2.478.968	1.153.810	-	-	-	3.632.778
Direito de concessão - outorga GRU (c)	12.571.628	467.329	-	-	-	13.038.957
Direito de concessão - Investimento - VIA 040	-	222.856	(168)	-	-	222.688
Outros	142.471	10.908	-	-	(64.664)	88.715
	21.817.319	2.461.513	(17.377)	10.114	-	24.271.569
Amortização						
Software	(13.614)	(4.908)	89	-	-	(18.433)
Direito de concessão - investimento LAMSA (b) (até 2038)	(37.806)	(13.794)	-	-	-	(51.600)
Direito de concessão - investimento CLN (b) (até 2035)	(16.284)	(3.590)	-	-	-	(19.874)
Direito de concessão - investimento CART (b) (até 2039)	(102.047)	(37.267)	50	-	-	(139.264)
Direito de concessão - outorga CART (a) (até 2039)	(100.699)	(15.850)	-	-	-	(116.549)
Direito de concessão - Ágio - CART	(871)	(151)	-	-	-	(1.022)
Direito de concessão - investimento METRORIO (d) (até 2038)	(115.114)	(27.711)	-	-	-	(142.825)
Direito de concessão - outorga METRORIO (e) (até 2038)	(372.667)	(32.147)	-	-	-	(404.814)
Direito de concessão - investimento VPR (b)	-	(2.709)	-	-	-	(2.709)
Direito de concessão - ágio VPR (b)	(16.821)	(19.201)	-	-	-	(36.022)
Direito de concessão - investimento GRU (b) (até 2032)	(6.455)	(75.287)	-	-	-	(81.742)
Direito de concessão - outorga GRU (c) (até 2032)	(469.051)	(378.342)	-	-	-	(847.393)
Direito de concessão - Investimento - BR040	-	(141)	-	-	-	(141)
Outros	(136)	-	-	-	-	(136)
	(1.251.565)	(611.098)	139	-	-	(1.862.524)
Intangível líquido	20.565.754	1.850.415	(17.238)	10.114	-	22.409.045

A amortização dos direitos de uso de software é calculada pelo método linear, considerando a sua utilização efetiva e não supera o prazo de cinco anos.

O grupo INVEPAR tem realizado ampliações e melhorias nas concessões que opera. Tendo em vista que tais obras foram financiadas com capital de terceiros, a Companhia efetuou a capitalização dos juros referentes aos montantes que foram usados nas obras, obedecendo aos critérios de aplicação dos recursos. O valor do resultado financeiro capitalizado durante o período de nove meses findos em 30 de setembro de 2015 foi de R\$192.875 (R\$153.787 em 31 de dezembro de 2014). Adicionalmente, a Companhia não possui ativos dados em garantia, assim como arrendamento financeiro.

- (a) Outorga CART - Com a assinatura do contrato de concessão, a controlada CART se comprometeu a desembolsar o valor de R\$634.000 em conta a favor do DER/SP, a título de outorga fixa, já liquidado, e R\$5.957 referente ao ágio pago na aquisição do controle da CART. O valor do direito de concessão foi determinado com base em laudo elaborado por empresa independente para determinação do valor justo dos ativos e passivos adquiridos.
- (b) Investimentos - Direitos de concessão decorrentes dos investimentos realizados por cada controlada na infraestrutura da concessão, os quais, são obrigações dos respectivos contratos de concessão.
- (c) Outorga GRU AIRPORT - Com a assinatura do contrato de concessão, a Concessionária se obriga a pagar à União uma contribuição fixa no total de R\$16.213.000, reconhecida e ajustada a valor presente, à taxa de desconto de 9,15% conforme orientação OCPC 05, que serão pagas em 20 parcelas anuais de R\$810.650. Esses pagamentos ocorrerão no mês de julho de cada ano e serão reajustados pelo IPCA-IBGE desde a data da realização da sessão pública do leilão, que ocorreu em fevereiro de 2012, até a data do efetivo

pagamento, em conta a favor do FNAC (Fundo Nacional de Aviação Civil). Em 13 de julho de 2015 foi pago o total de R\$1.016.299 (R\$933.288 em 11 de julho de 2014).

Segundo orientações contidas no OCPC 05, a outorga fixa foi reconhecida e ajustada a valor presente, terá sua amortização de acordo com a evolução da curva de passageiros e as despesas financeiras provenientes da atualização serão capitalizadas em função da curva de investimentos no ativo não circulante. A capitalização será realizada proporcionalmente à finalização de cada fase.

- (d) Renovação/extensão do direito de concessão referente às outorgas principal e suplementar para o segundo período de concessão da controlada METRÔRIO (de 28 de janeiro de 2018 até 27 de janeiro de 2038). Através do Sexto Aditivo o METRÔRIO e o poder concedente acordaram, dentre outras medidas, prorrogar, sob condição resolutiva, o prazo do Contrato, passando a Concessão a vigorar até 27 de janeiro de 2038. A prorrogação da Concessão se deu em contrapartida a investimentos a serem realizados pela Concessionária, conforme os termos do Parágrafo 3º da Cláusula 9ª do Aditivo. Os investimentos são reconhecidos no Ativo intangível à medida em que são realizados.
- (e) Outorga METRÔRIO - Direito de concessão referente à outorga principal e outorga suplementar (primeiro período de concessão até 27 de janeiro de 2018). O montante referente ao Ativo intangível - Direito de concessão “Outorga principal” é de R\$231.196 e a “Outorga suplementar” é de R\$162.940, totalizando R\$394.136. O valor de R\$932.843 refere-se ao direito de concessão adquirido que foi determinado com base em laudo elaborado por empresa independente para determinação do valor justo dos respectivos ativos e passivos adquiridos.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada pelo período da concessão, considerando se tratar de ativo intangível com prazo de vida útil definida.

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue:

- Receitas

As receitas foram projetadas pelo período da concessão, considerando o crescimento da base de clientes da Unidade Geradora de Caixa.

- Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da controlada bem como, com o crescimento das receitas.

- Investimentos de capital

Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infraestrutura necessária para viabilizar a oferta dos serviços, com base, principalmente, nas obrigações contratuais e no histórico da concessão.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da controlada e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

- Prazo de amortização

A amortização do intangível referente às concessões é linear, exceto GRU AIRPORT, de acordo com o número de dias restantes para o final do período de cada concessão. O valor é registrado na conta de custo de amortização da concessão no custo operacional e a contrapartida é a conta de amortização acumulada no ativo intangível.

12. FORNECEDORES

	Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014
Fornecedores nacionais	183.276	199.610
Fornecedores internacionais	402.515	123.607
Circulante	585.791	323.217
Fornecedores nacionais	64.147	-
Não circulante	64.147	-

13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Empresa	Tipo / Credor	Moeda	Vencimento	Indexador	Encargos anuais (<i>spread</i>)	Garantia	Total circulante	Total não circulante	30/09/2015	31/12/2014
CART	BNDES	Real	mar/21 a mar/25	TJLP e TRB*	2%	(b)	150.204	751.399	901.603	919.422
CART	Debêntures	Real	dez-24	IPCA	5,8% e 6,05%	(b)	51.425	905.042	956.467	851.023
CART	(-) Custo de captação	Real	dez-24	-	-	-	(3.024)	(48.721)	(51.745)	(53.736)
CLN	BNB	Real	nov-17	-	10%	(b) e (d)	3.364	4.630	7.994	10.536
CLN	HSBC	Real	abr-16	CDI	2%	(d)	5.030	-	5.030	7.942
CLN	BNB II	Real	dez-24	-	4%	(a)	-	35.610	35.610	35.614
CLN	(-) Custo de captação	Real	dez-24	-	-	-	(4)	(445)	(449)	(477)
GRU AIRPORT	BNDES	Real	dez-27	TJLP	2,88% e 3,40%	(b)	342.344	2.590.422	2.932.766	2.480.448
GRU AIRPORT	Debêntures	Real	dez/25 e out/26	IPCA	6,40% e 7,86%	(b)	44.058	659.775	703.833	644.724
GRU AIRPORT	(-) Custo de captação	Real	dez-25	-	-	-	(9.840)	-	(9.840)	(9.452)
LAMBRA	BCP	USD	jan-16	-	2,97 e 3,31%	-	79.337	-	79.337	-
LAMSAC	Bonds	Novo sol	jun-37	Pré-fixado e VAC **	6,45% e 8,58%	(b) e (c)	-	1.452.003	1.452.003	1.007.722
LAMSAC	BCP	Novo sol	mar-16	-	2,97 e 3,31%	-	139.079	141.765	280.844	-
LAMSAC	(-) Custo de captação	Novo sol	jun-37	-	-	-	-	(83.691)	(83.691)	-
LAMSA	Debêntures	Real	mai-27	TR	9,5%	(d) e (e)	38.655	343.753	382.408	389.987
LAMSA	ITAU	Real	ago-16	USD	3,298%	-	11.660	45.515	57.175	-
LAMSA	(-) Custo de captação	Real	ago-16	USD	3,298%	-	(293)	(170)	(463)	-
METRÔRIO	BNDES	Real	mar/16 a out/24	TJLP	1,72% e 2,02%	(b) e (d)	45.668	287.423	333.091	368.784
METRÔRIO	FINEP	Real	jan-18	Fixa	5,25% e 8,25%	(d)	3.213	4.270	7.483	9.891
METRÔRIO	Outros	USD	nov-16	CDI	3%	(a)	1.764	3.381	5.145	4.548
METRÔRIO	Prótransporte	Real	jun-34	TR	8%	(b) e (d)	4.569	243.307	247.876	246.530
METRÔRIO	Capital de giro	USD	mar-16	-	2%	(a)	149.640	-	149.640	98.410
METRÔRIO	Debêntures	Real	mar/14 a jun/16	CDI	1,45% e 112,1%	(a)	317.555	-	317.555	286.781
METRÔRIO	(-) Custo de captação	Real	-	-	-	-	(1.058)	-	(1.058)	(1.732)
METROBARRA	Debêntures	Real	dez-15	CDI	2%	(d)	749.056	-	749.056	680.324
METROBARRA	(-) Custo de captação	Real	dez-15	-	-	-	(641)	-	(641)	(2.565)
INVEPAR (controladora)	Debêntures	Real	ago-16	CDI	124%	(b)	480.482	-	480.482	494.756
INVEPAR (controladora)	Nota promissória	Real	jan-16	CDI	127%	-	759.555	-	759.555	-
INVEPAR (controladora)	(-) Custo de captação	Real	ago-16	-	-	-	(809)	-	(809)	(1.075)
VIA 040	BNDES	Real	mar-16	TJLP	2%	(c)	758.389	-	758.389	518.287
VIA 040	FINAME - BNDES	Real	ago-24	-	6%	-	1.293	10.037	11.330	12.277
VIA 040	(-) Custo de captação	Real	mar-16	-	-	-	(12.270)	-	(12.270)	(8.669)
							4.108.401	7.345.305	11.453.706	8.990.300

(a) Sem Garantia.

(b) Garantia de Projeto (representado pelo i)

(c) Fiança Bancária.

(d) Fiança ou Aval do Acionista.

(e) Fiança de uma subsidiária da Companhia.

i Garantia de Projeto: Penhor de ações e/ou Cessão Fiduciária dos Diretos Creditórios, e/ou Cessão Fiduciária dos Diretos Emergentes, Alienação Fiduciária de Ativos Financeiros e/ou Conta Reserva.

(*) TRB - Taxa de Referência do BNDES indexada ao IPCA

(**) VAC - Inflação no Peru

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

	Total circulante	Total não circulante	30/09/2015	31/12/2014
Empréstimos	2.441.484	5.485.456	7.926.940	5.709.538
Debêntures	1.666.917	1.859.849	3.526.766	3.280.762
	4.108.401	7.345.305	11.453.706	8.990.300

Empresas	31/12/2014	Captação	Pagamento		Provisão juros	Juros capitalizados	Custo de captação amortizado	Custo de captação incorrido	Variação cambial e monetária	Eliminações	30/09/2015
			Principal	Juros *							
INVEPAR	493.681	950.000	(220.000)	(91.232)	106.519	-	260	-	-	-	1.239.228
LAMSA	389.987	50.000	(8.056)	(30.828)	31.576	-	37	(500)	6.904	-	439.120
CLN	53.615	28	(5.532)	(2.047)	2.121	-	-	-	-	-	48.185
CART	1.716.709	-	(56.929)	(43.379)	98.135	-	2.203	-	89.586	-	1.806.325
METRÔRIO	1.013.212	-	(44.022)	(48.085)	77.706	1.427	673	-	53.299	5.522	1.059.732
METROBARRA	677.759	-	-	-	-	68.733	1.923	-	-	-	748.415
LAMBRA	1.007.722	205.991	-	(245)	510	107.532	-	-	406.983	-	1.728.493
GRUPAR	3.115.720	428.972	-	(188.053)	251.576	19.850	-	(1.306)	-	-	3.626.759
VIA 040	521.895	205.217	(723)	(555)	964	48.521	15.161	(33.031)	-	-	757.449
Total dívida	8.990.300	1.840.208	(335.262)	(404.424)	569.107	246.063	20.257	(34.837)	556.772	5.522	11.453.706

Empresas	31/12/2013	Captação	Pagamento		Provisão juros	Juros capitalizados	Custo de captação amortizado	Custo de captação incorrido	Variação cambial e monetária	Eliminações	30/09/2014
			Principal	Juros *							
INVEPAR	-	470.000	-	(29.780)	38.147	-	-	(1.272)	-	-	477.095
LAMSA	390.146	-	-	(18.713)	28.461	-	-	-	-	-	399.894
CLN	31.650	58.010	(36.572)	(2.297)	1.645	805	-	-	-	-	53.241
CART	1.381.210	295.737	(55.608)	(46.497)	87.669	-	2.426	-	42.218	-	1.707.155
METRÔRIO	972.714	356.199	(311.152)	(77.591)	58.430	6.221	-	(446)	6.027	1.071	1.011.473
METROBARRA	596.758	-	-	-	-	58.709	-	-	-	-	655.467
LAMBRA	940.590	-	-	-	27.750	-	-	-	12.578	-	980.918
GRUPAR	1.834.568	1.374.036	(184.961)	(106.178)	85.611	66.690	-	(2.796)	-	-	3.066.970
VIA 040	-	322.000	-	-	-	565	-	(5.687)	-	-	316.878
Total dívida	6.147.636	2.875.982	(588.293)	(281.056)	327.713	132.990	2.426	(10.201)	60.823	1.071	8.669.091

* Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

Cláusulas restritivas

Empresa	Dívida	Covenants	Limite	Apuração
LAMSA	2ª Emissão de Debêntures (CEF)	ICSD DL/EBITDA EBITDA/DFL	≥ 1,3 ≤ 2 ≥ 1,5	Anual Trimestral* Trimestral*
CART	2ª Emissão de Debêntures/BNDES	ICSD PL/AT	≥ 1,2 > 20%	Semestral Semestral
METRÔRIO	Pró Transporte (CEF) BNDES	ICSD EBITDA/RF **	≥ 1 ≥ 2	Anual Anual
INVEPAR	Debêntures e Nota Promissória	CS/(CS+DL)	≥ 25%	Anual

(*) A quebra do Covenants só ocorrerá no caso de descumprimento do índice no período de 12 meses.

(**) Resultado financeiro

Segue abaixo a composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo por ano de vencimento:

2016	294.634
2017	377.545
2018	501.839
2019	522.772
2020	570.460
2021	617.939
2022	704.483
2023	735.197
2024	773.966
2025	473.816
2026	359.774
2027 em diante	1.412.879
	<u>7.345.305</u>

Custo de transação

Empresa	Tipo de dívida	Vencimento	Custo de emissão	Custo amortizado	30/09/2015	31/12/2014
					Custo a amortizar	Custo a amortizar
METRÔRIO	Empréstimos	mar/16 a jun/34	3.200	(2.142)	1.058	1.732
CART	Debêntures	dez/24	59.219	(7.474)	51.745	53.736
VIA 040	Empréstimos	mar/16	28.503	(16.233)	12.270	8.669
INVEPAR	Debêntures	ago/16	2.184	(1.375)	809	1.075
GRU AIRPORT	Debêntures	dez/25 e out/26	10.758	(918)	9.840	-

Debêntures

Em 12 de fevereiro de 2014, foram emitidas 47.000 debêntures pela Invepar, sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, em série única, com valor nominal unitário de R\$10, perfazendo o valor total de R\$470.000 (“Emissão”). Em 24 de fevereiro de 2014, foram integralizadas 30.000 debêntures, com valor nominal de R\$300.000, 8.000 debêntures no valor de R\$80.000 em 15 de maio de 2014 e 9.000 debêntures totalizando R\$90.000 em 5 de agosto de 2014.

Os recursos obtidos por meio da Emissão serão destinados, direta ou indiretamente, a aportes de capital, concessão de mútuos e/ou dívida subordinada e/ou adiantamentos para futuro aumento de capital (“AFAC”) em empresas que direta ou indiretamente sejam detentoras de concessões de infraestrutura ou que detenham opção de compra de ações referentes a concessões de infraestrutura. As Debêntures fazem jus a remuneração equivalente à 123,70% do CDI.

14. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

	31/12/2014	Outorga Variável		Outorga Fixa				30/09/2015
		Atualização resultado	Pagamento	Atualização resultado	Atualização intangível	Transferência	Pagamento	
Outorga METRÔRIO (a)	1.266	-	-	785	-	-	(139)	1.912
Outorga GRU AIRPORT (b)	1.178.361	137.813	(185.177)	51.256	40.453	956.256	(1.016.299)	1.162.663
Outorga CART (c)	386	3.252	(3.242)	-	-	-	-	396
Circulante	1.180.013	141.065	(188.419)	52.041	40.453	956.256	(1.016.438)	1.164.971
Outorga METRÔRIO (a)	42.381	-	-	4.180	-	-	(264)	46.297
Outorga GRU AIRPORT (b)	10.861.467	-	-	827.962	442.925	(956.256)	-	11.176.098
Não Circulante	10.903.848	-	-	832.142	442.925	(956.256)	(264)	11.222.395
Total	12.083.861	141.065	(188.419)	884.183	483.378	-	(1.016.702)	12.387.366

	31/12/2013	Outorga Variável		Outorga Fixa				30/09/2014
		Atualização resultado	Pagamento	Atualização resultado	Atualização intangível	Transferência	Pagamento	
Outorga METRÔRIO (a)	6.948	-	-	139	-	-	(1.824)	5.263
Outorga GRU AIRPORT (b)	1.164.591	129.508	(143.913)	56.255	46.733	707.570	(933.288)	1.027.456
Outorga CART (c)	349	-	(3)	-	-	-	-	346
Provisão investimento CLN	18.306	-	-	-	-	-	(18.306)	-
Outorga LAMSAC	173.842	-	-	-	2.580	-	(85.019)	91.403
Circulante	1.364.036	129.508	(143.916)	56.394	49.313	707.570	(1.038.437)	1.124.468
Outorga METRÔRIO (a)	44.944	-	-	4.615	-	-	(1.195)	48.364
Outorga GRU AIRPORT (b)	10.733.712	-	-	274.657	420.641	(707.570)	-	10.721.440
Outorga LAMSAC	19.062	-	-	-	-	-	(19.062)	-
Não Circulante	10.797.718	-	-	279.272	420.641	(707.570)	(20.257)	10.769.804
Total	12.161.754	129.508	(143.916)	335.666	469.954	-	(1.058.694)	11.894.272

(a) O saldo referente ao METRÔRIO no montante de R\$1.912 refere-se:

1. Ônus da concessão assumido no processo de licitação no montante de R\$1.006 (R\$659 em 31 de dezembro de 2014), repactuado através dos termos do Aditivo, determinado com base no valor devido ao Poder Concedente através do pagamento de parcelas ou quitado através da realização de investimentos. Com base no Aditivo, este saldo será pago pela Concessionária em dação através da aquisição de carros metrô até janeiro de 2018.
2. O valor de R\$906 (R\$607 em 31 de dezembro de 2014) refere-se a renovação/extensão do direito de concessão do METRÔRIO até janeiro de 2038.

O valor de R\$46.297 (R\$42.381 em 31 de dezembro de 2014), líquido do montante penhorado da renda e já depositado judicialmente, no valor total de R\$46.297 (R\$46.447 em 31 de dezembro de 2014) refere-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação, repactuado através dos termos do Aditivo, determinado com base no valor devido ao Poder Concedente sobre a entrada em operação de novas estações de acordo com o Parágrafo 9º, da Cláusula 1ª do Contrato. Até a data de 31 de dezembro de 2014, o MetrôRio recebeu do Poder Concedente três estações que estão sujeitas aos termos desta Cláusula: Estação Siqueira Campos, Estação Cantagalo e Estação General Osório. A liquidação da obrigação se dará através dos termos do Parágrafo 14º da Cláusula 22ª do Aditivo, onde a Concessionária assumiu a responsabilidade de liquidar certas obrigações referentes a ações judiciais contra a Companhia de Transportes sobre

Trilhos do Estado do Rio de Janeiro (RIOTRILHOS) e Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro (CMRJ). Estas obrigações: (i) serão liquidadas à medida que os pagamentos forem sendo exigidos em execuções homologadas pelo Poder Judiciário, e (ii) sofrem atualização monetária de acordo com os índices aplicados no Tribunal de origem.

Baseado na análise da Administração, à luz das informações disponíveis até a presente data e nas diversas possibilidades na liquidação dos processos, o METRÔRIO mantém a parcela de Outorga suplementar registrada no passivo não circulante.

- (b) Conforme previsto no contrato, a Concessionária GRU AIRPORT se obriga a pagar a União a parcela anual da contribuição fixa, correspondente ao montante anual de R\$810.650; e a contribuição variável que corresponderá ao montante anual em reais resultante da aplicação de 10% sobre a totalidade da receita bruta da Concessionária.

A contribuição fixa paga anualmente será reajustada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) acumulado entre o mês da realização da sessão pública do leilão e a data de início de pagamento da contribuição. Caso a receita bruta anual observada pela Concessionária e suas eventuais subsidiárias integrais exceda o parâmetro descrito em contratos, a contribuição variável sobre a receita excedente será cobrada pela alíquota de 15%. O Contrato de Concessão tem prazo de 20 anos, podendo ser prorrogado por até 05 anos, sendo a concessão outorgada pela Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.

- (c) A partir de 1º de julho de 2013, o percentual de outorga variável sobre a receita bruta da CART foi reduzido de 3%, para 1,5%, conforme deliberação do Conselho Diretor da Agência de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP). O pagamento ocorre mensalmente.

15. PROVISÃO PARA RISCOS

As controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Com base na opinião de seus consultores jurídicos, as controladas realizaram a análise das demandas judiciais pendentes e, com base na experiência referente às quantias reivindicadas, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir os desembolsos estimados com as ações em curso, como segue:

Natureza do risco	Consolidado				30/09/2015
	31/12/2014	Constituição	Reversões/ pagamentos	Atualização monetária	
Trabalhistas	10.113	1.491	(648)	1.772	12.728
Cíveis	8.632	1.545	(455)	178	9.900
Tributária	183	-	(183)	-	-
Outros	368	22	(344)	5	51
Total	19.296	3.058	(1.630)	1.955	22.679

a) Riscos trabalhistas

As controladas são parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros.

b) Riscos cíveis

As controladas são parte em processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos nos sistemas rodoviário, metroviário e aeroportuário.

d) Outros

A controlada GRU AIRPORT foi autuada por autoridades administrativas fiscalizadoras no montante R\$51. A controlada METRORIO reverteu a provisão para riscos cíveis, no montante de R\$316.

Riscos possíveis

A Companhia e suas controladas são ré em processos de natureza cível, trabalhista e tributário, sobre os quais seus consultores jurídicos entendem como possíveis as probabilidades de perda. Amparada na opinião de seus consultores jurídicos, não foi efetuada provisão para contingências com esta avaliação.

Com base na opinião de seus consultores jurídicos, as controladas realizaram a análise das demandas judiciais com probabilidade de desembolso futuro possível como se segue:

<u>Natureza do risco</u>	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Trabalhistas	30.332	32.049
Cíveis	106.677	94.638
Tributárias	125.104	114.538
Ambiental	107	107
Total	<u>262.220</u>	<u>241.332</u>

A Controlada METRÔRIO possui como principais causas trabalhistas: sucessão, acidente de trabalho, periculosidade, horas extras, equiparação e reversão por justa causa; e como causas cíveis: sucessão, terceirização e superlotação.

A Controlada GRU AIRPORT possui como causas tributárias, no montante de R\$124.652: Autos de Infração lavrados pela Receita Federal do Brasil e pela Secretaria da Receita Federal do Distrito Federal, relacionados à atividade de armazenagem de mercadoria sob pena de perdimento nos armazéns do Aeroporto.

Depósitos judiciais, recursais e autos de arrecadação

Do montante de R\$66.073, 45.327 refere-se a controlada METRÔRIO, que possui bloqueios judiciais no montante de R\$1.664 em 30 de setembro de 2015 (R\$1.432 em 31 de dezembro de 2014) e valores relacionados à depósitos judiciais para causas não consideradas de desembolso futuro provável, conforme discriminados abaixo:

Depósitos recursais

Em 30 de setembro de 2015, o METRÔRIO possuía R\$23.656 em depósitos recursais (R\$22.851 em 31 de dezembro de 2014).

Depósitos judiciais - embargos de terceiros - autos de arrecadação

Trata-se de recurso jurídico que permite a um terceiro pleitear a exclusão de seus bens, penhorados em execução na qual não era parte.

As ordens de penhora contra o METRÔRIO, em sua grande maioria, têm como origem ações trabalhistas e cíveis ajuizadas contra a CMRJ (Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro), nas quais a Concessionária foi arrolada como sucessora.

Desta forma o METRÔRIO interpôs diversos embargos de terceiros, objetivando a suspensão da penhora da sua renda e de seus bens. O valor total de processos relativos aos embargos de terceiros para o período de nove meses findos em 30 de setembro de 2015 é de aproximadamente R\$28.667 (R\$30.169 em 31 de dezembro de 2014), sendo de natureza trabalhista e cível.

Em 30 de setembro de 2015, o montante penhorado da renda e já depositado judicialmente é de R\$20.007 (R\$19.338 em 31 de dezembro de 2014).

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA)

a) Capital social

Em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$3.351.958, representado por 429.171.372 ações, sendo 143.057.124 ações ordinárias e 286.114.248 ações preferenciais.

O capital social autorizado da Companhia é de R\$3.410.494.

As composições acionárias da Companhia em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 estão assim constituída:

	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>	<u>%</u>
Construtora OAS S.A.	1	-	1	0,00
OAS Infraestrutura S.A.	35.764.280	69.117.380	104.881.660	24,44
BB Carteira Livre I Fundo de Investimento em Ações	35.764.281	73.939.746	109.704.027	25,56
Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF	35.764.281	71.528.561	107.292.842	25,00
Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS	<u>35.764.281</u>	<u>71.528.561</u>	<u>107.292.842</u>	<u>25,00</u>
Total	<u>143.057.124</u>	<u>286.114.248</u>	<u>429.171.372</u>	<u>100,00</u>

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do período, ajustado na forma do Art. 202 da lei das sociedades por ações. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apresentou prejuízo acumulado.

As ações preferenciais não tem direito a voto e tem direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias no recebimento do dividendo apurado conforme Estatuto Social.

b) Reserva legal

A Companhia destina 5% do seu lucro líquido antes de qualquer outra destinação para a constituição da reserva legal, que não excederá de 20% do capital social, conforme Art. 193 da lei das sociedades por ações.

17. RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresentou suas demonstrações dos resultados dos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2015 e 30 de setembro de 2014 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

Receitas por natureza

	Consolidado			
	01/01/2015 a 30/09/2015	01/01/2014 a 30/09/2014	01/07/2015 a 30/09/2015	01/07/2014 a 30/09/2014
Receita de pedágio	730.541	584.162	296.321	201.615
Receita com venda de bilhetes	569.635	506.060	200.519	189.258
Receitas de aeronaves e passageiros	434.728	422.473	153.597	148.331
Receita com armazenagem e capatazia	246.259	216.989	82.644	71.470
Locação de espaço físico e veiculação de anúncios	730.015	677.993	235.808	254.720
Outras receitas	7.079	6.703	2.436	2.368
Impostos, deduções e cancelamentos	(230.348)	(192.648)	(82.447)	(67.328)
Receita de serviços	2.487.909	2.221.732	888.878	800.434
Receita de construção	1.346.205	2.005.034	350.447	659.323
Receita total	3.834.114	4.226.766	1.239.325	1.459.757

Custos e despesas por natureza

	Consolidado			
	01/01/2015 a 30/09/2015	01/01/2014 a 30/09/2014	01/07/2015 a 30/09/2015	01/07/2014 a 30/09/2014
Pessoal e encargos	(446.801)	(416.681)	(165.340)	(149.994)
Conservação e manutenção	(205.984)	(144.346)	(83.659)	(54.936)
Comunicação, marketing e publicidade	(11.413)	(12.502)	(4.936)	(5.068)
Seguros e garantias	(13.395)	(11.476)	(5.189)	(5.499)
Serviços de terceiros	(46.322)	(34.661)	(7.161)	(12.544)
Veículos	(10.222)	(6.133)	(3.519)	(1.963)
Consultoria e assessoria	(50.827)	(52.898)	(20.777)	(18.446)
Aluguéis e impostos	(53.056)	(14.180)	(22.211)	(6.416)
Energia elétrica	(103.600)	(62.275)	(35.394)	(22.592)
Provisões para crédito de liquidação duvidosa e riscos	(18.216)	(15.855)	(8.156)	(2.954)
Serviços compartilhados	(104)	231	81	541
Provisão de manutenção	(22.644)	(12.533)	(10.516)	40
Outorga variável	(141.065)	(129.508)	(38.802)	(44.916)
Depreciação e amortização	(733.192)	(650.735)	(252.238)	(254.690)
Custo de construção	(1.334.882)	(1.963.680)	(346.924)	(648.685)
Outros	(178.263)	(193.242)	(78.893)	(82.605)
	(3.369.986)	(3.720.474)	(1.083.634)	(1.310.727)
Custo de serviços prestados	(1.560.559)	(1.337.722)	(553.039)	(500.719)
Despesas gerais e administrativas	(414.568)	(409.758)	(170.983)	(152.642)
Outras receitas e despesas	(59.977)	(9.314)	(12.688)	(8.681)
Custo de construção	(1.334.882)	(1.963.680)	(346.924)	(648.685)
	(3.369.986)	(3.720.474)	(1.083.634)	(1.310.727)

18. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora				Consolidado			
	01/01/2015 a 30/09/2015	01/01/2014 a 30/09/2014	01/07/2015 a 30/09/2015	01/07/2014 a 30/09/2014	01/01/2015 a 30/09/2015	01/01/2014 a 30/09/2014	01/07/2015 a 30/09/2015	01/07/2014 a 30/09/2014
Receitas financeiras								
Descontos obtidos	19	3	-	(2)	309	1.239	228	396
Juros ativos	1.518	805	1.245	310	9.849	6.843	3.050	5.114
Juros sobre aplicações financeiras	7.588	5.263	1.684	2.446	121.976	81.910	34.651	30.735
Operações de Hedge	-	-	-	-	47.908	692	33.741	692
Juros sobre debêntures	-	9.072	-	5.462	-	9.072	-	5.462
Variação monetária ativa	1.187	1.190	209	336	3.636	2.153	673	(1.900)
Variações cambiais ativas	59	107	-	-	77.803	18.723	59.194	6.678
Outros	-	-	-	-	-	4.511	-	(60)
Total receitas financeiras	10.371	16.440	3.138	8.552	261.481	125.143	131.537	47.117
Despesas financeiras								
Comissões e despesas bancárias	(11.521)	(9.879)	(1.225)	(4.442)	(18.833)	(16.629)	(4.586)	(6.724)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(51.590)	(17)	(29.344)	(8)	(304.309)	(179.488)	(113.774)	(94.076)
Operações de hedge	-	-	-	-	-	(1.673)	-	5.975
Variação monetária passiva	-	-	-	-	(102.490)	(62.702)	(22.407)	(15.542)
Variações cambiais passivas	(26)	(8)	(12)	(6)	(58.309)	(25.832)	(33.307)	(17.075)
Juros sobre debêntures	(54.929)	(38.147)	(20.331)	(20.328)	(264.798)	(148.225)	(94.466)	(60.029)
Ajuste a valor presente	-	-	-	-	-	(854)	324	(260)
Atualização da outorga de GRU (*)	-	-	-	-	(879.218)	(330.414)	(201.438)	(181.618)
Outros	(7.006)	(64)	(5.482)	(43)	(9.994)	(4.146)	(7.451)	(1.547)
Total despesas financeiras	(125.072)	(48.115)	(56.394)	(24.827)	(1.637.951)	(769.963)	(477.105)	(370.896)
Total resultado financeiro	(114.701)	(31.675)	(53.256)	(16.275)	(1.376.470)	(644.820)	(345.568)	(323.779)

(*) A Concessionária se obriga a pagar à União a contribuição fixa, paga em parcelas anuais reajustada pelo IPCA. A atualização da outorga referente ao período de nove meses findos em 30 de setembro de 2015 totaliza R\$1.362.596 dos quais R\$483.378 foram capitalizadas ao intangível e R\$879.218 foram registradas como despesa financeira do período.

19. RESULTADO POR AÇÃO

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2015 e 30 de setembro de 2014.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

	01/01/2015 a 30/09/2015			01/01/2014 a 30/09/2014		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico						
Prejuízo atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	(187.842)	(375.739)	(563.581)	(47.243)	(94.499)	(141.742)
Denominador básico						
Média ponderada das ações (em milhares)	143.057	286.114	429.171	143.057	286.114	429.171
Prejuízo básico por ação (R\$)	(1,313)	(1,313)		(0,330)	(0,330)	
	01/07/2015 a 30/09/2015			01/07/2014 a 30/09/2014		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico						
Prejuízo atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	(46.157)	(92.328)	(138.485)	(42.869)	(85.752)	(128.621)
Denominador básico						
Média ponderada das ações (em milhares)	143.057	286.114	429.171	143.057	286.114	429.171
Prejuízo básico por ação (R\$)	(0,323)	(0,323)		(0,300)	(0,300)	
	01/01/2015 a 30/09/2015			01/01/2014 a 30/09/2014		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador diluído						
Prejuízo atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	(187.842)	(375.739)	(563.581)	(47.243)	(94.499)	(141.742)
(-) Efeito da diluição da participação na CRT - referente às debêntures conversíveis em ações	(476)	(953)	(1.429)	(890)	(1.780)	(2.670)
Prejuízo atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais ajustado	(188.318)	(376.692)	(565.010)	(48.133)	(96.279)	(144.412)
Denominador diluído						
Média ponderada das ações (em milhares)	143.057	286.114	429.171	143.057	286.114	429.171
Prejuízo diluído por ação (R\$)	(1,316)	(1,316)		(0,336)	(0,336)	
	01/07/2015 a 30/09/2015			01/07/2014 a 30/09/2014		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador diluído						
Prejuízo atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	(46.157)	(92.328)	(138.485)	(42.869)	(85.752)	(128.621)
(-) Efeito da diluição do participação na CRT - referente às debêntures conversíveis em ações	(183)	(367)	(550)	(145)	(289)	(434)
Prejuízo atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais ajustado	(46.340)	(92.695)	(139.035)	(43.014)	(86.041)	(129.055)
Denominador diluído						
Média ponderada das ações (em milhares)	143.057	286.114	429.171	143.057	286.114	429.171
Prejuízo diluído por ação (R\$)	(0,324)	(0,324)		(0,301)	(0,301)	

Não ocorreram outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

A coligada CRT possui debêntures conversíveis em ações. Em GRUPAR, a ACSA poderá aumentar sua participação de 10% para até 20% do capital. Conforme demonstrado no cálculo de diluição acima, há diferença entre o cálculo do resultado por ação básico e diluído.

20. SEGUROS

Em 30 de setembro de 2015, a Companhia e suas controladas mantêm seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, dentre outros, conforme demonstrado a seguir:

Empresa	Modalidade	Limite Máximo de Indenização	Vigência		Seguradora
			Início	Vencimento	
INVEPAR/METRORIO/CART/LAMSA/ CLN/LAMBRA/LAMSAC/GRU AIRPORT/GRU/PA/PEX/INSTITUTO INVEPAR/METROBARRA	D&O	100.000.000	21/09/2015	21/09/2016	XL Seguros
INVEPAR/METRORIO/CART/LAMSA/ CLN	RO	280.000.000	01/08/2015	01/08/2016	BRADESCO
INVEPAR/METRORIO/CART/LAMSA/ CLN	RCG	100.000.000	01/08/2015	01/08/2016	ALLIANZ
INVEPAR	AUTO FROTA	TABELA FIPE	29/09/2015	29/09/2016	BB
INVEPAR	MULTIRISCO	10.000.000	23/01/2015	23/01/2016	TOKIO
METRORIO	AUTO FROTA	TABELA FIPE	31/12/2014	31/12/2015	TOKIO
METRORIO	TRANS.NAC.	4.000.000	28/02/2015	28/02/2016	RSA
METRORIO	TRANS.INT.IMP.	US\$ 3.000.000	28/02/2015	28/02/2016	RSA
LAMSA	AUTO FROTA	TABELA FIPE	29/09/2015	29/09/2016	BB
LAMSA	G. CONCESSÃO	18.160.262	18/12/2014	18/12/2015	AUSTRAL
CART	G. CONCESSÃO	52.032.212	16/03/2015	16/03/2016	AUSTRAL
CART	G. CONCESSÃO	126.026.982	16/03/2015	16/03/2016	AUSTRAL
CLN	AUTO FROTA	TABELA FIPE	18/11/2014	18/11/2015	ITAÚ
CLN	AUTO FROTA	TABELA FIPE	20/10/2014	20/10/2015	ITAÚ
CLN	G. CONCESSÃO	5.011.077	23/02/2015	23/02/2016	AUSTRAL
GRU AIRPORT	RD/Caminhão	DIVERSOS	24/05/2015	24/05/2016	ALLIANZ
GRU AIRPORT	RO	1.600.000.000	24/05/2015	24/05/2016	TOKIO
GRU AIRPORT	RC AEROP.	1.575.000.000	24/05/2015	24/05/2016	MAPFRE
GRU AIRPORT	G. CONCESSÃO	524.774.670	04/06/2015	04/06/2016	BTG PACTUAL
GRU AIRPORT	RCOBRAS	50.000.000	28/09/2012	30/06/2016	ACE
GRU AIRPORT	RCOBRAS (APL À 2º RISCO DA ACE)	500.000.000	11/04/2013	30/06/2016	ITAÚ
GRU AIRPORT	RE	1.170.000.000	28/09/2012	30/06/2017	ZURICH
VIA 040	G. EXEC.	425.000.000	20/03/2015	20/03/2016	BANCO FATOR
VIA 040	RO	40.000.000	19/03/2015	19/03/2016	TOKIO
VIA 040	RCG	50.000.000	19/03/2015	19/03/2016	TOKIO
CBN	RO	223.690.300	17/08/2015	17/08/2016	XL Seguros
CBN	RCG	30.000.000	17/08/2015	17/08/2016	HDI Gerling
CBN	G. CONC.	51.326.450	18/08/2015	18/08/2016	AUSTRAL
CBN	AUTO FROTA	TABELA FIPE	10/01/2015	30/09/2015	TOKIO
CBN	D&O	40.000.000	08/04/2015	08/04/2016	AXA
CRA	G. EXEC.	27.054.300	04/12/2014	04/12/2015	BANCO FATOR
CRA	RCG	19.200.000	04/11/2014	04/11/2015	ALLIANZ
CRA	RO	112.000.000	29/05/2015	29/05/2016	XL Seguros
CRA	D&O	20.000.000	08/06/2015	08/06/2016	AXA
CRT	RO	45.000.000	11/07/2015	11/07/2016	HDI Gerling
CRT	AUTO FROTA	TABELA FIPE	31/08/2015	31/08/2016	LIBERTY
CRT	AUTO FROTA	TABELA FIPE	31/01/2015	31/08/2016	TOKIO
CRT	RE	49.247.207	15/09/2014	30/11/2015	LIBERTY
CRT	G. EXEC.	15.600.000	22/11/2014	22/11/2015	FATOR
CRT	RCG	7.000.000	12/08/2015	12/09/2016	FAIRFAX
VIARIO	D&O	20.000.000	21/10/2014	21/10/2015	XL Seguros
VIARIO	MULTIRISCO	1.500.000	26/04/2015	26/04/2016	MARITIMA
VIARIO	RCG	65.714.035	26/04/2015	26/04/2016	AIG
VIARIO	G. OBRIG.	51.116.259	26/04/2015	26/04/2016	J.MALUCELLI
VIARIO	RCOBRAS	20.000.000	14/11/2012	14/11/2016	ZURICH
VIARIO	RE	1.703.729.529	14/11/2012	14/11/2017	ZURICH
VLT	MULTIRISCO	2.293.465	27/12/2014	27/12/2015	FAIRFAX
VLT	RCG	10.000.000	12/07/2015	12/07/2016	CHUBB
VLT	D&O	50.000.000	31/03/2015	31/03/2016	ZURICH
VLT	RE	50.000.000	10/10/2014	08/11/2016	FAIRFAX
VLT	G. EXEC.	194.716.788	22/06/2015	23/06/2016	J.MALUCELLI
METROBARRA	RE	10.000.000	16/10/2013	31/12/2017	ITAÚ
METROBARRA	RCOBRAS	11.000.000	16/10/2013	31/12/2016	ITAÚ
METROBARRA	GARANTIA	45.998.628	25/07/2014	30/11/2016	SWISS RE
LAMSAC	RO	US\$ 20.000.000	31/12/2014	31/12/2015	RIMAC SEGUROS
LAMSAC	ROUBO	US\$ 90.000	31/12/2014	31/12/2015	RIMAC SEGUROS
LAMSAC	AUTO FROTA / CAMINHÕES	VARIOS VALORES	31/12/2014	31/12/2015	RIMAC SEGUROS
LAMSAC	AUTO FROTA/ASSEIOCAMINHONETAS	VARIOS VALORES	31/12/2014	31/12/2015	RIMAC SEGUROS
LAMSAC	RCG	US\$ 1.000.000	42004	31/12/2015	RIMAC SEGUROS
LAMSAC	ACIDENTE PESSOAIS	CAPITAIS DIVERSOS	01/01/2015	01/01/2016	RIMAC SEGUROS

21. OBJETIVOS E POLÍTICAS PARA GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 30 de setembro de 2015. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, valores a receber, empréstimos e financiamentos e obrigações com os Poderes Concedentes.

Instrumentos financeiros	Controladora			
	30/09/2015		31/12/2014	
	Valor justo	Custo amortizado	Valor Justo	Custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	133	-	759	-
Aplicações financeiras	26.219	-	64.417	-
Parte Relacionada	-	45.452	-	14.843
Dividendos e JSCP propostos	-	67.046	-	50.810
Total do ativo	26.352	112.498	65.176	65.653
Passivos				
Fornecedores	-	1.493	-	8.065
Parte relacionada	-	104	-	166
Empréstimos e financiamentos e debêntures	-	479.673	493.681	-
Dividendos e JSCP propostos	-	22.842	-	22.842
Total do passivo	-	504.112	493.681	31.073

Instrumentos financeiros	Consolidado			
	30/09/2015		31/12/2014	
	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	253.732	-	341.489	-
Aplicações financeiras	979.160	-	1.069.602	-
Contas a receber	-	300.860	-	278.125
Instrumentos financeiros derivativos	59.285	-	16.627	-
Total do ativo	1.292.177	300.860	1.427.718	278.125
Passivos				
Fornecedores	-	649.938	-	323.217
Parte Relacionada	-	2.984	-	4.653
Empréstimos e financiamentos e debêntures	-	11.453.706	-	8.990.300
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	2.381
Dividendos e JSCP propostos	-	24.073	-	24.119
Obrigações com Poderes Concedentes	-	12.387.366	-	12.083.861
Total do passivo	-	24.518.067	-	21.428.531

As operações da Companhia e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- *Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras*

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado similares aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

- *Contas a receber*

O risco de crédito do cliente é administrado por cada unidade de negócios, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pelo grupo em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo.

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

- *Empréstimos, financiamentos e debêntures*

Os valores contábeis dos empréstimos em moeda nacional, obtidos junto à BNDES estão compatíveis com o valor de mercado de tais operações, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Esses instrumentos financeiros estão classificados como “passivos financeiros não mensurados a valor justo.

- *Concessão de serviço público*

Os saldos informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são, em sua maioria, vinculadas à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As taxas de juros dos empréstimos e financiamentos e debêntures estão vinculadas à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), Taxa Referencial (TR) e Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

c) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia e suas controladas a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, de caixa, bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

As perdas de contas a receber foram registradas na rubrica provisão para crédito de liquidação duvidosa, nota explicativa nº 5.

d) Risco de taxa de câmbio

O grupo gerencia seu risco de câmbio por meio de transações de *hedge* que devam ocorrer no período mínimo de doze meses. Transações para as quais haja incertezas são cobertas por *hedge* por prazo indeterminado. É política do grupo negociar os termos dos derivativos designados na relação de *hedge*, mantendo uma correspondência com os termos dos itens objeto do *hedge* de modo a maximizar a eficácia do *hedge*. O grupo mantém cobertura (*hedge*) para suas exposições a flutuações na conversão para reais de suas operações no exterior, mantendo empréstimos a pagar líquidos em moedas estrangeiras e utilizando *swaps* de moedas e contratos cambiais a termo.

e) Operação de derivativos

A Companhia e suas controladas adotam uma política conservadora em relação a derivativos, fazendo uso desses instrumentos somente quando há necessidade de proteção de passivos, de natureza operacional ou financeira e eventualmente de algum ativo. Adicionalmente, os valores destas operações são dimensionados e limitados. Em 30 de setembro de 2015, o METROBARRA e o METRÔRIO possuíam operações com instrumento financeiros com características de derivativos para proteção dos contratos já firmados em moedas estrangeiras conforme demonstrado abaixo:

Em aberto

METROBARRA

30/09/2015							
Tipo da operação	Banco	Data de início	Data de vencimento	Valor Base	Moeda	Preço de exercício em Reais	Ajuste a mercado em Reais
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	29/09/2015	27/11/2015	705.439	Dólar	4,22	(109)
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	29/09/2015	16/11/2015	236.214	Dólar	4,20	(35)
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	25/09/2015	26/10/2015	2.892.538	Euro	4,50	23
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	04/04/2014	26/11/2015	1.117.794	Euro	3,61	1.041
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	04/04/2014	15/12/2015	632.382	Euro	3,63	587
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	04/04/2014	15/12/2015	324.018	Euro	3,63	301
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	15/01/2015	29/02/2016	935.380	Euro	3,42	1.114
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	15/01/2015	31/03/2016	935.380	Euro	3,45	1.108
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	24/03/2015	28/03/2016	134.423	Euro	3,87	107
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	04/04/2014	15/12/2015	961.200	Euro	3,63	892
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	04/04/2014	09/12/2015	134.423	Euro	3,62	125
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	SANTANDER	04/04/2014	08/10/2015	336.056	Euro	3,58	295
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	SANTANDER	04/04/2014	03/11/2015	581.974	Euro	3,60	517
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	VOTORANTIM	04/04/2014	13/10/2015	2.559.104	Euro	3,58	2.276
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	VOTORANTIM	04/04/2014	09/11/2015	336.056	Euro	3,61	300
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	VOTORANTIM	15/01/2015	29/01/2016	935.380	Euro	3,38	1.115
							<u>9.657</u>

31/12/2014

<u>Tipo da operação</u>	<u>Banco</u>	<u>Data de início</u>	<u>Data de vencimento</u>	<u>Valor base</u>	<u>Moeda</u>	<u>Preço de exercício em Reais</u>	<u>Ajuste a mercado em Reais</u>
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	27/03/2014	28/09/2015	2.893	Euro	3,62	(392)
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	27/03/2014	20/07/2015	2.373	Euro	3,54	(316)
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	27/03/2014	28/08/2015	993	Euro	3,59	(133)
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	27/03/2014	07/08/2015	403	Euro	3,57	(54)
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	27/03/2014	08/07/2015	403	Euro	3,53	(54)
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	27/03/2014	29/06/2015	249	Euro	3,52	(33)
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	27/03/2014	20/04/2015	218	Euro	3,45	(29)
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	27/03/2014	09/09/2015	202	Euro	3,60	(27)
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	27/03/2014	09/06/2015	202	Euro	3,50	(26)
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	27/03/2014	10/07/2015	236	Dólar	2,57	48
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	27/03/2014	12/05/2015	236	Dólar	2,52	49
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	27/03/2014	30/06/2015	13.933	Dólar	2,56	2.850
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	04/04/2014	15/12/2015	1.918	Euro	3,63	(129)
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	04/04/2014	26/11/2015	1.118	Euro	3,61	(72)
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	04/04/2014	26/11/2015	134	Euro	3,62	(9)
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	04/04/2014	30/09/2015	236	Dólar	2,58	58
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	04/04/2014	18/08/2015	13.933	Dólar	2,55	3.371
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	29/04/2014	23/03/2015	406	Dólar	2,44	104
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	29/04/2014	04/02/2015	406	Dólar	2,41	105
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	29/04/2014	17/06/2015	609	Dólar	2,50	155
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	31/10/2013	12/01/2015	756	Dólar	2,47	142
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	31/10/2013	26/01/2015	9.289	Dólar	2,47	1.747
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	HSBC	31/10/2013	02/03/2015	9.289	Dólar	2,49	1.759
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Santander	27/02/2014	19/02/2015	879	Euro	3,49	(207)
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Santander	27/02/2014	09/03/2015	655	Euro	3,51	(153)
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Santander	04/04/2014	08/10/2015	336	Euro	3,58	(30)
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Santander	04/04/2014	03/11/2015	582	Euro	3,60	(51)
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Santander	04/04/2014	08/09/2015	540	Dólar	2,57	131
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Santander	12/12/2014	29/05/2015	2.624	Euro	3,46	285
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Votorantim	27/02/2014	11/02/2015	236	Dólar	2,53	33
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Votorantim	27/02/2014	26/01/2015	218	Euro	3,47	(52)
NDF - Contrato de Compra de dólar futuro	Votorantim	04/04/2014	13/10/2015	2.559	Euro	3,58	(239)
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Votorantim	04/04/2014	01/09/2015	265	Dólar	2,57	64
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Votorantim	04/04/2014	09/11/2015	336	Euro	3,61	(32)
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Votorantim	29/04/2014	06/04/2015	406	Dólar	2,45	104
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Votorantim	29/04/2014	12/01/2015	406	Dólar	2,39	105
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Votorantim	29/04/2014	18/05/2015	609	Dólar	2,48	156
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Votorantim	14/11/2014	31/03/2015	9.289	Dólar	2,70	64
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Votorantim	18/11/2014	06/01/2015	168	Dólar	2,62	4
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Votorantim	24/11/2014	05/05/2015	4.644	Dólar	2,66	314
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Votorantim	24/11/2014	11/02/2015	11.611	Dólar	2,60	865
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Votorantim	01/12/2014	19/02/2015	206	Dólar	2,62	12
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Votorantim	01/12/2014	29/09/2015	705	Dólar	2,80	32
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Votorantim	01/12/2014	08/06/2015	897	Dólar	2,70	49
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Votorantim	01/12/2014	27/08/2015	2.782	Dólar	2,77	137
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Votorantim	22/12/2014	05/05/2015	4.644	Dólar	2,78	(194)
NDF - Contrato de compra de dolar futuro	Votorantim	22/12/2014	05/01/2015	4.644	Dólar	2,68	(146)
							<u>10.361</u>
							Ativo circulante 12.742
							Passivo circulante (2.381)

METRÔRIO

30/09/2015

<u>Tipo da operação</u>	<u>Banco</u>	<u>Data de início</u>	<u>Data de vencimento</u>	<u>Valor Base</u>	<u>Moeda</u>	<u>Preço de exercício em Reais</u>	<u>Ajuste a mercado em Reais</u>
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	CTIBANK	19/08/2014	15/12/2015	479	Euro	4,56	542
							Ativo circulante 542

30/09/2015

<u>Tipo da operação</u>	<u>Banco</u>	<u>Data de início</u>	<u>Data de vencimento</u>	<u>Valor Base</u>	<u>Moeda</u>	<u>Preço de exercício em Reais</u>	<u>Ajuste a mercado em Reais</u>
SWAP	CTIBANK	12/03/2014	11/03/2016	85.000	Dólar	3,39	46.071
							Ativo circulante 46.071

Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR

31/12/2014

<u>Tipo da operação</u>	<u>Banco</u>	<u>Data de início</u>	<u>Data de vencimento</u>	<u>Valor base</u>	<u>Moeda</u>	<u>Preço de exercício em Reais</u>	<u>Ajuste a mercado em Reais</u>
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	Citibank	19/08/2014	18/02/2015	1.100	Euro	3,14	119
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	Citibank	19/08/2014	15/12/2015	479	Euro	3,40	58
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	Citibank	19/08/2014	15/06/2015	1.050	Euro	3,23	122
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	Citibank	19/08/2014	15/09/2015	600	Euro	3,31	73
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	Citibank	19/08/2014	15/05/2015	1.340	Euro	3,21	155
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	19/08/2014	15/07/2015	479	Euro	3,26	62
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	19/08/2014	17/08/2015	839	Euro	3,29	111
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	Santander	19/08/2014	15/01/2015	300	Euro	3,12	33
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	Santander	19/08/2014	16/03/2015	240	Euro	3,16	27
							<u>760</u>
						Ativo circulante	760

31/12/2014

<u>Tipo da operação</u>	<u>Banco</u>	<u>Data de início</u>	<u>Data de vencimento</u>	<u>Valor base</u>	<u>Moeda</u>	<u>Preço de exercício em Reais</u>	<u>Ajuste a mercado em Reais</u>
SWAP	Citibank	12/03/2014	11/03/2016	85.000	Dólar	2,34	3.125
						Ativo circulante	3.125

LAMSA

30/09/2015

<u>Tipo da operação</u>	<u>Banco</u>	<u>Data de início</u>	<u>Data de vencimento</u>	<u>Valor Base</u>	<u>Moeda</u>	<u>Preço de exercício em Reais</u>	<u>Ajuste a mercado em Reais</u>
SWAP	ITAÚ	07/08/2015	07/08/2018	50.000	Dólar	n/a	3.015

*Liquidados*METROBARRA

30/09/2015

<u>Tipo da operação</u>	<u>Banco</u>	<u>Data de início</u>	<u>Liquidação</u>	<u>Valor Base</u>	<u>Moeda</u>	<u>Preço de exercício em Reais</u>	<u>Ajuste a mercado em Reais</u>
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	27/03/2014	10/07/2015	236	Dólar	2,57	153
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	04/04/2014	30/09/2015	236	Dólar	2,58	362
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	27/03/2014	20/07/2015	2.373	Euro	3,54	(214)
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	27/03/2014	28/08/2015	993	Euro	3,59	404
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	27/03/2014	28/09/2015	2.893	Euro	3,62	2.308
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	27/03/2014	08/07/2015	403	Euro	3,53	(19)
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	27/03/2014	07/08/2015	403	Euro	3,57	119
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	27/03/2014	09/09/2015	202	Euro	3,60	132
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	SANTANDER	06/03/2015	19/08/2015	655	Euro	3,50	225
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	SANTANDER	04/04/2014	08/09/2015	540	Dólar	2,57	665
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	VOTORANTIM	04/04/2014	01/09/2015	265	Dólar	2,57	286
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	VOTORANTIM	01/12/2014	29/09/2015	705	Dólar	2,80	855
							<u>5.276</u>

METRÔRIO

30/09/2015

<u>Tipo da operação</u>	<u>Banco</u>	<u>Data de início</u>	<u>Liquidação</u>	<u>Valor Base</u>	<u>Moeda</u>	<u>Preço de exercício em Reais</u>	<u>Ajuste a mercado em Reais</u>
NDF - Contrato de compra de euro futuro	CITIBANK	19/08/2014	15/09/2015	600	Euro	4,37	634
NDF - Contrato de compra de euro futuro	HSBC	19/08/2014	17/08/2015	839	Euro	3,86	482
NDF - Contrato de compra de euro futuro	HSBC	19/08/2014	15/07/2015	479	Euro	3,44	87
							<u>1.203</u>

f) Risco de liquidez

O grupo acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo do grupo é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários, debêntures, ações preferenciais, arrendamento mercantil financeiro e arrendamento mercantil operacional.

30 de setembro de 2015	Até 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos e debêntures	2.653.109	6.643.375	2.157.222	11.453.706
Fornecedores	583.859	66.079	-	649.938
Concessão de serviço público	48.605	-	12.338.761	12.387.366

g) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e financiamentos.

No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, com os respectivos impactos nos saldos de balanço patrimonial consolidado da Companhia, sendo: (i) cenário provável, o adotado pela Companhia; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Além do cenário provável, a CVM, através da Instrução nº 475, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o requerimento da CVM:

As taxas consideradas foram:

Referência para ativos e passivos financeiros	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Selic (% ao ano)	13,40%	10,05%	6,70%
DI Ativo (% ao ano)	13,32%	9,99%	6,66%
DI Passivo (% ao ano)	13,32%	16,65%	19,98%
TR Ativo (% ao ano)	1,98%	1,49%	0,99%
TR Passivo (% ao ano)	1,98%	2,48%	2,97%
TJLP (% ao ano)	6,25%	7,81%	9,38%
Taxa Câmbio (R\$/US\$)	R\$3,85	R\$4,81	R\$5,78
IPCA Ativo (% ao ano)	9,25%	6,94%	4,63%
IPCA Passivo (% ao ano)	9,25%	11,56%	13,88%
TFP - Taxa Fixa Peru	2,75%	2,06%	1,38%

Fontes de informação: BACEN, CETIP e FGV

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Análise de sensibilidade de variações na taxas de juros

Em 30 de setembro de 2015, a sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada nas tabelas abaixo:

g.1) Ativo financeiro

Empresa	Operação	Risco/ indexador	Base	RESULTADO		
				Cenário provável	Cenário A	Cenário B
METRÔRIO	Equivalente de caixa	DI	40.476	5.391	4.044	2.696
METRÔRIO	Aplicações Financeiras	DI	107.537	14.324	10.743	7.162
CLN	Aplicações Financeiras	DI	2.574	343	257	171
LAMSA	Equivalente de caixa	DI	2.135	284	213	142
CART	Equivalente de caixa	DI	40.872	5.444	4.083	2.722
CART	Aplicações Financeiras	DI	136.991	18.247	13.685	9.124
GRU AIRPORT	Equivalente de caixa	DI	132.073	17.592	13.194	8.796
GRU AIRPORT	Aplicações Financeiras	DI	56.727	7.556	5.667	3.778
GRUPAR	Equivalente de caixa	DI	383	51	38	26
LAMSAC	Aplicações Financeiras	TFP	92.826	2.553	1.915	1.276
LAMBRA	Aplicações Financeiras	DI	338.908	45.143	33.857	22.571
VIA 040	Aplicações Financeiras	DI	77.802	10.363	7.772	5.182
METROBARRA	Equivalente de caixa	DI	458	61	46	31
INVEPAR (controladora)	Equivalente de caixa	DI	44	6	4	3
			1.029.807	127.359	95.520	63.682
Fundo Mover (a)						
Certificados de Depósito Bancário CDB		DI	85.089	11.334	8.500	5.667
Letras financeiras do tesouro		SELIC	48.124	6.449	4.836	3.224
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional		IPCA	7.589	702	526	351
Debêntures		DI	24.992	3.329	2.497	1.664
			165.794	21.813	16.360	10.907

g.2) Passivo financeiro

Empresa	Operação	Risco/ indexador	Base	RESULTADO		
				Cenário provável	Cenário A	Cenário B
METRÔRIO	BNDES	TJLP	333.091	20.818	26.023	31.227
METRÔRIO	FINEP	TJLP	7.483	468	585	702
METRÔRIO	Financiamento importação	Taxa Câmbio R\$/US\$	1.295 *	5.144	6.436	7.718
METRÔRIO	Financiamento CAIXA	TR	247.876	4.908	6.135	7.362
METRÔRIO	Debênture	DI	317.555	42.298	52.873	63.447
METRÔRIO	CIPIBANK	DI	149.640	19.932	24.915	29.898
LAMSA	Debênture	TR	382.408	7.572	9.465	11.358
CLN	Financiamento	DI	5.030	670	837	1.005
CART	BNDES	TJLP e TRB	901.603	56.350	70.438	84.525
CART	Debênture	IPCA	956.467	88.473	110.591	132.710
METROBARRA	Debênture	DI	749.056	99.774	124.718	149.661
GRU AIRPORT	Empréstimo	TJLP	2.932.766	183.298	229.122	274.947
GRU AIRPORT	Debêntures	IPCA	703.833	65.105	81.381	97.657
VIA 040	Empréstimo	TJLP	758.389	47.399	59.249	71.099
INVEPAR (controladora)	Notas promissórias	DI	759.555	101.173	126.466	151.759
INVEPAR (controladora)	Debêntures	DI	480.482	64.000	80.000	96.000
			9.686.529	807.382	1.009.234	1.211.075

(*) Em setembro de 2015, montante em Dólares (R\$5.144).

h) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	Consolidado	
	30/09/2015	31/12/2014
Empréstimos, financiamentos e debêntures	11.453.706	8.990.300
Obrigações com Poderes Concedentes	12.387.366	12.083.861
Caixa e equivalentes de caixa	(253.732)	(341.489)
Aplicações financeiras	(979.160)	(1.069.602)
Dívida líquida	22.608.180	19.663.070
Patrimônio líquido	3.988.935	4.397.128
Patrimônio líquido e dívida líquida	26.597.115	24.060.198

i) Hierarquia do valor justo

O grupo usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

O valor justo dos ativos financeiros da Companhia foi determinado com base no Nível 2, acima definido.

22. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

A Companhia teve as seguintes transações não caixa no período que foram excluídas do fluxo de caixa:

	Consolidado	
	30/09/2015	30/09/2014
Aquisição de imobilizado/intangível ainda não liquidada financeiramente	361.703	48.327
Capitalização do resultado financeiro	192.875	66.300
Encargos financeiros sobre outorga capitalizados no ativo intangível	483.378	467.329
Reclassificação de PIS e COFINS do intangível para impostos a recuperar	96.663	-

23. COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES

METRÔRIO

O METRÔRIO possui compromisso relativo à contratação de energia elétrica com a Duke Energy Internacional Geração Parapananema S.A. pelo período entre 1º de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2015, o METRÔRIO possui uma segunda obrigação, cujo contrato foi celebrado em 26 de janeiro de 2009, contratada referente ao fornecimento para o período

entre 1º de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2020. A segunda obrigação foi contratada por dois motivos estratégicos:

- (i) Contratação, para o período entre 2011 e 2015, de montante de energia complementar estimado ser suficiente para atender ao início da operação da Linha 1A, da entrada em operação de novos trens e das estações General Osório, Cidade Nova e Uruguai; e
- (ii) Contratação do montante de energia estimado ser suficiente para atender ao consumo total do sistema metroviário a partir do vencimento da primeira obrigação em 31 de dezembro de 2015 até 31 de dezembro de 2020.

CART

O prazo da concessão da CART e as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com a Agência de Transportes do Estado de São Paulo - ARTESP têm seu término previsto para o ano de 2039.

Com a assinatura do Termo de Contrato de Concessão Rodoviário nº 002/ARTESP/2009, relacionado ao Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008, a CART assumiu os seguintes compromissos:

- a) Investimentos: (i) duplicação de rodovia e implantação de retornos em nível e desnível; (ii) construção de postos de pesagem (fixos e móveis) e postos de serviços de atendimento aos usuários; (iii) construção de nove praças de pedágio e demolição de duas praças de pedágios preexistentes; e (iv) implantação e melhoria de acessos, trevos, alças, passarelas para travessia de pedestre, dispositivos de entroncamentos e readequação de intersecções.
- b) Outorga fixa e variável: pagamento pelo direito de exploração do sistema rodoviário.
- c) Garantias: (i) garantia de cumprimento das funções de ampliação correspondente a 1,5% do valor da contratação, limitado a 10% do valor do investimento. (ii) garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento.
- d) Recursos financeiros: obtidos através de aporte de capital pela acionista e captação no mercado de capitais.

LAMSA

A Lamsa possui os contratos vigentes que contabilizados na medida em que são prestados os serviços.

<u>Contratado</u>	<u>Serviço</u>	<u>Valor mensal</u>	<u>Data assinatura</u>	<u>Prazo vigência</u>
Vida UTI	Resgate em ambulâncias	R\$146	10/11/2008	Indeterminado
Gap Rent a Car	Resgate com guinchos	R\$72	01/01/2013	60 meses
Arjo	Segurança	R\$123	31/03/2012	Indeterminado

A Lamsa não mantém qualquer dependência econômica, financeira ou tecnológica com fornecedores ou instituições com os quais mantém relação comercial.

VIA 040

A VIA 040 deverá manter, em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), como garantia do fiel cumprimento das obrigações contratuais, a Garantia de Execução do Contrato nos montantes indicados na tabela abaixo:

<u>Meta de duplicação</u>	<u>Valor</u>
Até o atendimento da meta total de duplicação prevista no item 3.2.1.1 do PER*	425.000
Do atendimento da meta total de duplicação prevista no item 3.2.1.1 do PER* até o 30º ano	225.000

*PER - Programa de Exploração Rodoviária

A redução do valor da garantia de execução do contrato está condicionada ao cumprimento as metas de duplicação da rodovia descritas no PER. A garantia de execução do contrato será reajustada anualmente, com o mesmo índice de reajuste da tarifa básica de pedágio. A VIA 040, como compromisso contratual, assumiu os compromissos de investimentos previstos no PER.

O Programa de Exploração da Rodovia (PER) especifica as condições para execução do Contrato, caracterizando todos os serviços e obras esperados da VIA 040 ao longo do prazo da Concessão, divididos em frentes. Em cada uma das frentes são detalhadas as atividades de responsabilidade da VIA 040, com a fixação do prazo e das condições para o cumprimento integral do PER.

24. PLANO DE PENSÃO E DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO A FUNCIONÁRIOS

METRÔRIO

O METRÔRIO mantém um plano de benefício definido de aposentadoria para seus funcionários.

O METRÔRIO efetuou o levantamento atuarial para o ano de 2014, em conformidade com a Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários - CVM nº 695.

O Pronunciamento Técnico CPC 33 determina que em caso de apuração de um Ativo Atuarial Líquido, este somente poderá ser reconhecido se for claramente evidenciado que o mesmo poderá se reverter em benefício econômico para a patrocinadora, seja na forma de efetiva redução de suas contribuições para o plano, ou na forma de reembolso futuro.

Em 30 de setembro de 2015 o plano encontra-se superavitário, conforme última avaliação atuarial e a Concessionária não reconheceu o Ativo Atuarial Líquido em suas demonstrações financeiras.

GRU AIRPORT

Em abril de 2014, a Concessionária tornou-se patrocinadora aderente do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - Plano CV do Instituto Infraero de Seguridade Social - INFRAPREV - com a finalidade de viabilizar a manutenção do plano para a massa de empregados oriundos da Infraero, em cumprimento às disposições expressas no anexo 25 do Edital de leilão nº 2/2011 - Contrato de Concessão de Aeroportos nº 002/ANAC/2012 -

SBGR Aeroporto Internacional de São Paulo Governador André Franco Montoro - Guarulhos - Capítulo XV - Das Disposições Transitórias, item “15.3”.

O patrocinador aderente se obriga a custear o Plano CV contribuindo, em caráter obrigatório, na forma fixada anualmente no plano de custeio, compartilhando obrigações e responsabilidades financeiras do plano referente à totalidade de seus empregados participantes do plano. O plano de custeio será aprovado anualmente pelo Conselho Deliberativo do INFRAPREV, devendo constar o regime financeiro e o cálculo atuarial.

Em 30 de setembro de 2015 o plano encontra-se superavitário, conforme última avaliação atuarial e a Concessionária não reconheceu o Ativo Atuarial Líquido em suas demonstrações financeiras.

25. OUTROS EVENTOS

LAMSA

Em 24 de setembro de 2015 foi publicada no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro a Lei nº 5980/2015, que isenta de pagamento duplo de pedágio, nas vias públicas municipais, os condutores de veículos que transitarem no intervalo de duas horas. Veículos comerciais e táxis não se enquadram na nova lei. A concessionária cumpre tal lei desde sua publicação.

Nos primeiros 30 dias, foram isentadas, 164 mil passagens, equivalentes a R\$ 935 de receita isenta.

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

INVEPAR

Em 8 de outubro de 2015 a INVEPAR concluiu a alienação de 10% (dez por cento) das ações de titularidade da INVEPAR no capital social da GRUPAR, para a ACSA, onde o valor de venda foi de R\$ 93.111. Em decorrência desta operação, a composição do capital social da GRUPAR, sociedade que detém 51% (cinquenta e um por cento) do capital social de GRU AIRPORT, passará a ser: 80% (oitenta por cento) detidos pela INVEPAR e 20% (vinte por cento) detidos pela ACSA.

Em 11 de novembro de 2015, foi integralizado o valor nominal de R\$2.000.000 referente a realização da 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real adicional, em série única, para distribuição pública, autorizada pelo Conselho de Administração da INVEPAR em 25 de setembro de 2015, com vencimento em 15 de outubro de 2024. Os recursos obtidos serão utilizados para o pré-pagamento de dívidas existentes no montante equivalente a R\$1.200.000, acrescidos dos juros correspondentes até a presente data e realização de investimentos, direta ou indiretamente, em empresas nas quais a INVEPAR possui participação acionária.